

A EDUCAÇÃO COMO ALICERCE DE UMA CIDADANIA ATIVA

Maria Emília Vide Ferreira

**Relatório de Estágio de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais
vertente Estudos Europeus**

Setembro, 2012

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, vertente Estudos Europeus, realizado sob a orientação científica da Mestre Carla Leão e sob a orientação profissional da Mestre Filomena António.

AGRADECIMENTOS

Ao longo do período de realização do estágio no Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), objeto do presente relatório, contei com o apoio de várias pessoas que contribuíram, de uma forma ou de outra, para que o estágio corresse de forma eficaz, produtiva e agradável. Neste sentido gostaria de agradecer às estagiárias que me precederam pela ajuda na preparação das Aulas Jacques Delors, aos funcionários e estagiários das Unidades de Formação, Animação Pedagógica e Projetos e de Informação e Comunicação do CIEJD e respetivos coordenadores (Mestre Filomena António e Dr. Carlos Medeiros), com os quais trabalhei diariamente, bem como à direção do CIEJD (Dra. Clotilde Pestana) pelo acolhimento com que fui recebida durante o período do estágio.

Gostaria de expressar um agradecimento especial às funcionárias da UFAPP, Dra. Carla Gonçalves, Dra. Elvira Ventura, Dra. Sandra Pereira e Dra. Graça Múrias pelo apoio diário, assim como à Coordenadora da mesma Unidade, na qual estive integrada durante o período de estágio, Mestre Filomena António, pelo empenho e interesse que dedica diariamente ao seu trabalho e aos seus funcionários e estagiários.

Gostaria ainda de reconhecer o enorme apoio prestado pela minha orientadora científica, Mestre Carla Leão, que me incutiu sempre ideias de rigor, objetividade e dedicação.

Por último, gostaria de agradecer à minha família, em especial à minha filha e ao meu marido pelo apoio incondicional que sempre demonstraram ao longo desta jornada.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NO CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA JACQUES DELORS

A EDUCAÇÃO COMO ALICERCE DE UMA CIDADANIA ATIVA

Maria Emília Vide Ferreira

RESUMO

A União Europeia desempenha um papel central na vida dos Cidadãos Europeus, independentemente de este papel ser ou não reconhecido. Neste sentido, a importância da consciencialização dos cidadãos, sobretudo mais jovens, da realidade que os rodeia bem como da sua própria função na sociedade (tanto no âmbito nacional como europeu) tem vindo a tornar-se imprescindível. Foi com este propósito que surgiu o conceito das Aulas Jacques Delors (AJD) do Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), elemento central do estágio desenvolvido e objeto de estudo do presente relatório. As AJD têm como objetivo informar os cidadãos, complementando os seus conhecimentos preexistentes, sobre a história, geografia e políticas desenvolvidas pela União Europeia e, sobretudo, despertar os jovens cidadãos para as inúmeras possibilidades que rodeiam o conceito de cidadania ativa.

O presente relatório de estágio pretende descrever uma experiência profissional de nove meses na Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, que teve um enfoque especial na interação com o público mais jovem e nas perceções deste público relativamente à sua condição de cidadãos europeus, seguida de uma análise sobre a importância deste conceito e do aproveitamento das estruturas providenciadas pela União Europeia aos seus cidadãos.

Palavras-chave: Cidadania; Consciencialização; Educação; União Europeia

ABSTRACT

The European Union plays a central role in the lives of European citizens, regardless of whether or not this role is recognized. In this sense, the importance of citizen awareness, especially among the younger groups, of the reality that surrounds them as well as of their own role within the society (both national and European) has become essential. It was with this purpose that the concept of the Jacques Delors Classes of the Jacques Delors European Information Centre (CIEJD), the central element of the internship and of the present report, was created. These classes aim at informing citizens and complementing their background knowledge on the history, geography and policies developed by the European Union and on the immense possibilities that surround the concept of active citizenship.

This report intends to describe a nine month internship experience at the Jacques Delors European Information Centre, with a special focus on the interaction with the younger audience and their perceptions concerning their condition as European citizens, followed by an analysis of the importance of this concept and of the use of facilities provided by the EU to its citizens.

Key-words: Citizenship; Awareness; Education; European Union

ÍNDICE

Introdução	1
Enquadramento geral	3
Enquadramento teórico - A Educação e a Cidadania Europeia Ativa	6
Programas e projetos educacionais da União Europeia	6
A importância da fomentação de uma Cidadania Ativa	12
Metodologia	18
I - Apresentação da Instituição de Acolhimento	21
I.1 - O Centro de Informação Europeia Jacques Delors: estrutura orgânica, funcionamento e equipa	21
I.2 - A Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos	24
II - Realização do Estágio Curricular	27
II.1 - Integração na equipa da Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos	27
II.2 - Objetivos do estágio	28
II.3 - Atividades desenvolvidas	29
III - A interação com os cidadãos	33
III.1 - As Aulas Jacques Delors	33
III.2 - As perceções dos cidadãos mais jovens	39
Conclusão	44
Fontes e Bibliografia	49
Lista de figuras	52
Lista de gráficos	52
Lista de anexos	I

LISTA DE ABREVIATURAS

AJD	Aulas Jacques Delors
CIEJD	Centro de Informação Europeia Jacques Delors
DGAE	Direção-Geral dos Assuntos Europeus
JAI	Justiça e Assuntos Internos
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OI	Organismo Intermediário
PC	Plano de Comunicação
PE	Parlamento Europeu
PG	Parceria de Gestão
SID	Sessões de Informação e Debate
TUE	Tratado da União Europeia
UE	União Europeia
UEM	União Económica e Monetária
UFAPP	Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos
UIC	Unidade de Informação e Comunicação

INTRODUÇÃO

Há uma solução para gostarmos um pouco mais da Democracia, chama-se cidadania ativa e apela a que cada um de nós comece por ser mais exigente consigo próprio para poder exigir mais do resto da sociedade.¹

A União Europeia é, atualmente, constituída por 27 Estados-Membros e cerca de 500 milhões de cidadãos. Esta união comercial, económica e política de países representa uma experiência única ao reunir recursos, competências e valores comuns. Neste sentido, a maior proeza deste projeto é, indubitavelmente, o facto de o velho continente, outrora palco de algumas das guerras mais destrutivas e violentas da história da humanidade, se ter transformado numa zona paradigmática de paz, prosperidade e estabilidade. A União Europeia representa uma união de cidadãos que desfrutam de novos direitos, que tiram proveito de oportunidades proporcionadas pelo cair das fronteiras, no âmbito dos acordos de Schengen, e que interagem num ambiente internacional, intercultural e multilíngue.

Apesar de estes indiscutíveis progressos e sucessos ao longo das últimas seis décadas, subsiste um extenso debate nos meios político e académico sobre a possível existência de um défice democrático no âmbito da arquitetura institucional da União Europeia. Esta situação acarreta consequências indesejáveis a todos os níveis, entre as quais, se destaca a permanência de uma certa distância entre o projeto europeu e os próprios cidadãos europeus.

Deste modo, são necessários esforços contínuos para aprofundar a relação entre a União Europeia e os seus cidadãos, promovendo a participação ativa de todas as gerações, de forma a criar uma verdadeira União dos cidadãos e, em última análise, uma identidade europeia, de modo a poderem ser encontradas eventuais soluções

¹ Paulo Baldaia (2012), *Em defesa de Cavaco*.

para suprir, sem necessariamente alterar a dimensão institucional, a lacuna democrática.

Neste contexto, a consciencialização através da educação surge como uma prioridade para a União Europeia e como um elemento fundamental na promoção de uma cidadania ativa, principalmente para as camadas mais jovens da população. Esta preocupação surge, sobretudo, devido à frequente ausência de programas curriculares do ensino básico que contemplem uma componente relacionada com a aplicação dos valores europeus através de uma cidadania europeia ativa. É precisamente neste contexto que surge uma parte essencial do trabalho realizado pelo CIEJD, que, de resto foi o elemento central do trabalho desenvolvido ao longo do estágio aqui relatado - as Aulas Jacques Delors. Neste sentido, a principal questão orientadora que regeu o trabalho desenvolvido ao longo do estágio e do respetivo relatório foi a seguinte: *Até que ponto é que o modelo das Aulas Jacques Delors, enquanto instrumento de informação e comunicação entre a UE e os jovens cidadãos portugueses, é eficaz face às múltiplas abordagens de natureza educativa disponibilizadas pela UE para o fim de consciencializar os seus cidadãos?*

O presente relatório foi elaborado como elemento final de avaliação do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na vertente de Estudos Europeus, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O estágio teve a duração de 800 horas e decorreu no período entre 20 de setembro de 2010 e 20 de junho de 2011 na Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos do Centro de Informação Europeia Jacques Delors.

ENQUADRAMENTO GERAL

Este capítulo visa fornecer um enquadramento do estágio no Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, demonstrando as respetivas vantagens e ligação com a vertente de especialização escolhida (Estudos Europeus). Neste capítulo justifica-se ainda, de um modo geral e introdutório, a importância do estudo da UE, da cidadania europeia e da realização de um estágio desta natureza.

O presente relatório foi elaborado como elemento final de avaliação do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na vertente de Estudos Europeus, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O estágio teve a duração de 800 horas e decorreu no período entre 20 de setembro de 2010 e 20 de junho de 2011 na Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos do Centro de Informação Europeia Jacques Delors sob a supervisão da Coordenadora da mesma Unidade, Mestre Filomena António, na qualidade de orientadora profissional. A realização do referido estágio curricular foi levada a cabo com o conhecimento da Coordenadora do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, a Professora Doutora Teresa Rodrigues, e mediante a autorização expressa do Subdiretor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, o Professor Doutor Francisco Caramelo.

A escolha de frequentar o Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, no qual se integra o presente relatório de estágio, fazia parte dos nossos planos desde o período em que nos encontrávamos a frequentar o curso de licenciatura em Estudos Europeus e Relações Internacionais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. O referido Mestrado, com a especialização em Estudos Europeus, apresentava-se como meio de aprofundamento dos conhecimentos teóricos por nós anteriormente apreendidos, oferecendo um leque de conteúdos indispensáveis à compreensão do funcionamento da UE, nomeadamente sobre o seu quadro político-institucional, as suas políticas e teorias de integração, bem como a contextualização da realidade económica e social no espaço europeu e quanto ao seu

relacionamento com outros espaços políticos mundiais. A escolha de concluir o mestrado com um estágio fez, igualmente, parte dos nossos planos desde o período em que nos encontrávamos a frequentar a licenciatura. O principal motivo que nos levou a optar por um estágio e respetivo relatório, em detrimento de uma dissertação, foi precisamente a componente prática inerente a este. A realização do estágio revelou-se uma mais-valia, tendo-nos permitido experimentar e colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico e possibilitar um contacto direto com o mercado de trabalho e com um ambiente profissional dinâmico, no âmbito de uma equipa composta por membros de diferentes proveniências técnicas e académicas. A tipologia escolhida permitiu, ainda, complementar os conhecimentos adquiridos ao longo do mestrado através da observação de perto e participação num fenómeno concreto de consciencialização de jovens cidadãos (as Aulas Jacques Delors), conduzindo à elaboração de um relatório de estágio com uma forte componente teórica com enfoque no mesmo.

Foram vários os motivos que justificam a opção pela vertente de Estudos Europeus, no âmbito do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Desde já, a União Europeia é uma entidade *sui generis*, com traços que se assemelham aos de um Estado e aos de uma Organização Internacional. Segundo Sonia Mazey, "(...) não existe uma dinâmica única da integração europeia e, conseqüentemente, nenhum quadro teórico único pode abarcar a totalidade da integração europeia. Pelo contrário, diz-se que o processo de integração europeia tem sido multifacetado, com diversos atores e velocidades (...),"² resultando no que Jacques Delors frequentemente identificava como um 'objeto político não identificado.' Neste sentido, embora a validade de teorias das Relações Internacionais como o Realismo, que vêem os Estados como entidades independentes e concorrentes, seja reconhecida, a UE é uma realidade inegável que tem um peso sem precedentes nas decisões tomadas ao nível nacional dos respetivos Estados-Membros, devido às competências nela delegadas, em certos casos seriamente limitadoras das soberanias nacionais. A UE foi evoluindo de predominantemente económica e comercial para política, e até mesmo com

² Andreia Mendes Soares (2003) citando (em tradução própria) Sonia Mazey ["The development of the European Idea – From Sectorial Integration to Political Union", in European Union: power and policy-making, Jeremy J. Richardson (ed.), 1996, Routledge, Londres, p. 25].

elementos militares³ e, possivelmente, no futuro, fiscais, tornando-a cada vez mais dependente de suporte democrático.⁴ Deste modo, a partir da instauração do estatuto de cidadania europeia quando do Tratado de Maastricht (assinado em 1992 e implementado no ano seguinte), a União Europeia tem vindo a procurar, cada vez mais, uma aproximação cada vez maior aos seus cidadãos.⁵ Dado que um dos canais através dos quais a UE procura esta aproximação é o da educação e da formação,⁶ correspondendo aos nossos interesses académicos, a realização do estágio no CIEJD pareceu-nos ser ideal, tanto mais que o CIEJD é uma instituição de referência em assuntos europeus a nível nacional.

Em suma, o presente documento intitula-se "A Educação como Alicerce de uma Cidadania Ativa" e tem como objetivos relatar a experiência do referido estágio curricular de nove meses e refletir sobre a importância do conceito de Cidadania Europeia Ativa e sobre alguns instrumentos de foro educativo utilizados pela União Europeia e organismos a esta associados (tais como as AJD no âmbito do CIEJD), para fomentar a consciencialização e formação dos jovens no âmbito deste conceito.

³ Tal como se pode verificar pela evolução das competências atribuídas à UE pelos respetivos Estados Membros, de resto patentes nos sucessivos tratados.

⁴ Esta dependência tem sido amplamente discutida no meio académico (*vide* o capítulo referente ao enquadramento teórico, no qual são apontados alguns exemplos de autores e argumentos mais proeminentes).

⁵ *Vide* exemplo desta procura em <http://euobserver.com/851/21320>.

⁶ O relatório *Citizenship Education in Europe*, elaborado pela Comissão Europeia, demonstra esta preocupação de aproximação dos cidadãos através da educação. O relatório encontra-se disponível em http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic_reports/139EN.pdf.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO - A Educação e a Cidadania Europeia Ativa

Programas e projetos educacionais da União Europeia

O presente subcapítulo desenvolve-se em torno do papel da União Europeia na divulgação do conceito de cidadania ativa através de programas de foro educativo.

A educação nunca foi propriamente uma área prioritária para a ação da União Europeia, nem os próprios Estados-Membros têm vindo a demonstrar grande vontade em delegar soberania nesta área.⁷ Contudo, a União Europeia tem vindo, progressivamente, a criar cada vez mais instrumentos educativos e a disponibilizá-los não só aos governos dos Estados-Membros, mas diretamente aos próprios cidadãos, no sentido de os aproximar entre si (através da promoção da mobilidade no espaço europeu), e de os aproximar da própria UE (através da promoção dos valores e projetos europeus), nomeadamente, desde a assinatura do Tratado de Maastricht.⁸

Alguns exemplos destas iniciativas europeias de natureza educativa são o programa de mobilidade escolar, *Comenius*;⁹ o programa de mobilidade universitária a nível europeu, *Erasmus*;¹⁰ o programa de promoção e financiamento de projetos práticos, *Leonardo da Vinci*;¹¹ o programa de formação prática de adultos, *Grundtvig*;¹² o programa de estímulo ao ensino da integração europeia a nível universitário, *Jean*

⁷ A delimitação de competências da UE rege-se pelo princípio da atribuição de competências, Art. nº 5 do TUE. Da mesma forma, e reforçando essa delimitação Estados-Membros incluíram o Art. nº 6 do TFUE que refere: "A União dispõe de competência para desenvolver ações destinadas a apoiar, coordenar ou completar a ação dos Estados-Membros. São os seguintes os domínios dessas ações, na sua finalidade europeia: a) Proteção e melhoria da saúde humana; b) Indústria; c) Cultura; d) Turismo; e) Educação, formação profissional, juventude e desporto; f) Proteção civil; g) Cooperação administrativa." Nos referidos domínios, entre os quais se encontra a Educação, à União compete, somente, tomar medidas complementares e de apoio à ação dos Estados -Membros.

⁸ Concretamente com o Artigo 126º do mesmo Tratado.

⁹ Disponível em: http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-programme/comenius_en.htm.

¹⁰ Disponível em: http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-programme/erasmus_en.htm.

¹¹ Disponível em: http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-programme/ldv_en.htm.

¹² Disponível em: http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-programme/grundtvig_en.htm.

Monnet;¹³ o programa de mobilidade universitária a nível mundial, *Erasmus Mundus*;¹⁴ ou ainda o programa de modernização do ensino universitário dos países vizinhos da UE, *Tempus*.¹⁵ Uma outra iniciativa europeia de relevo é o Processo de Bolonha, que teve oficialmente início com a Declaração de Bolonha em 1999, e cujo objetivo central é a harmonização progressiva do ensino superior europeu, de modo a facilitar a mobilidade dos estudantes universitários, através do reconhecimento dos graus e diplomas adquiridos (ou em curso) em qualquer universidade de qualquer Estado-Membro da UE.¹⁶ Ainda um outro programa europeu de relevo nesta área foi o *Programa de Trabalho Educação e Formação 2010*.¹⁷ Este programa estabeleceu o referencial estratégico para a incrementação e aperfeiçoamento das políticas de educação e formação da UE, no sentido de converter os sistemas de educação e formação europeus numa referência mundial de qualidade até ao ano de 2010, no enquadramento dos objetivos definidos pela Estratégia de Lisboa. Este programa teve a sua continuação com o *Programa Educação e Formação 2020*,¹⁸ desenvolvido paralelamente à Estratégia Europa 2020, no sentido de apoiar os objetivos educacionais e formativos da mesma estratégia.

O conceito de cidadania europeia, implementado formalmente em simultâneo com a criação da UE (com o Tratado de Maastricht em 1992), tem vindo a ganhar, nos últimos anos, uma importância política sem precedentes no seio da UE. Não sendo, necessariamente, uma preocupação central das Comunidades Europeias desde a sua criação, este conceito teve um impulso decisivo em 2004 com a rejeição do Tratado

¹³ Disponível em: http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-programme/monnet_en.htm.

¹⁴ Disponível em: http://ec.europa.eu/education/external-relation-programmes/mundus_en.htm.

¹⁵ Disponível em: http://ec.europa.eu/education/external-relation-programmes/tempus_en.htm.

¹⁶ Não obstante, o Processo e os acordos de Bolonha não são vinculativos, pelo que se direcionam aos Estados-Membros dispostos e capazes de levarem a cabo as premissas inerentes, nomeadamente a harmonização da organização de base dos respetivos sistemas educativos, bem como a oferta de cursos e especializações semelhantes e comparáveis em conteúdos e duração, e de diplomas de valor equivalente. Informação adicional disponível no sítio da Direção-Geral do Ensino Superior: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha/>.

¹⁷ Conselho da UE (2002), *Programa de trabalho pormenorizado sobre o seguimento dos objetivos dos sistemas de Educação e de Formação na Europa*. Vide informações detalhadas em <http://www.gepe.min-edu.pt/np4/255.html>.

¹⁸ Conselho da UE (2011), *Conclusões do Conselho sobre o papel do ensino e da formação na implementação da Estratégia Europa 2020*. Vide informações detalhadas em http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/framework_en.htm.

Constitucional.¹⁹ Confrontada com a rejeição de franceses e holandeses sobre a intenção de criar uma Constituição para a Europa, a Comissão Europeia lançou um plano que compreendia os ideais de democracia, diálogo e debate, lançando assim as bases para um debate profundo sobre o futuro da Europa, com a participação ativa dos cidadãos. O objetivo era claro: construir um novo consenso político necessário entre governos, instituições e cidadãos, a fim de dotar a UE de instrumentos para enfrentar os desafios do século XXI e, simultaneamente, trazer uma dose acrescida de democracia à União.

De igual modo, a Comissão Europeia decidiu apoiar a iniciativa do Conselho da Europa de que o ano de 2005 seria dedicado à educação e à cidadania - o Ano Europeu da Cidadania pela Educação - e teria como objetivo a promoção dos valores democráticos, da tolerância e do pluralismo cultural entre os cidadãos europeus, em particular os mais jovens, de forma a estimulá-los a assumirem e a exercitarem os seus direitos e responsabilidades na sociedade.²⁰

Neste sentido, as políticas e os programas promovidos pela UE no campo da educação, formação e juventude desdobraram-se nas seguintes ações prioritárias: promoção e apoio do papel das organizações de juventude no desenvolvimento da participação democrática; promoção da educação para a cidadania e da participação ativa dos mais jovens; e promoção do acesso dos jovens à tomada de decisão.²¹

O objetivo destas ações prioritárias era precisamente estabelecer uma estreita cooperação entre a sociedade civil e as autoridades regionais e locais, através de um sistema de gestão partilhada. Deste modo, pretendia-se o envolvimento de todas as partes interessadas - nomeadamente, instituições, jovens e cidadãos em geral - no desenvolvimento de uma política de juventude, que, através da educação e formação cívica dos jovens, promovesse a participação ativa destes nas instituições e processos

¹⁹ Conselho Europeu (2005), *Declaração dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros da União Europeia sobre a Ratificação do Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa*.

²⁰ Vide as ideias essenciais que guiaram o Ano Europeu da Cidadania pela Educação em http://myeurope.eun.org/www/en/pub/myeurope/home/practice/teaching_ideas/eyc.htm.

²¹ Para informações mais detalhadas sobre as prioridades e objetivos das políticas de educação, formação e juventude da UE, vide o sítio oficial desta Direção-Geral da Comissão Europeia (http://ec.europa.eu/education/index_en.htm).

democráticos por toda a Europa. Do ponto de vista da educação formal, a Comissão Europeia lançou várias iniciativas²² que procuravam aliar a cidadania, a democracia e os direitos humanos, que incluíam uma série de atividades educativas, fornecendo recomendações aos Estados-Membros direcionadas à implementação das mesmas nos *curricula* nacionais.

Todas estas políticas fazem parte integrante da política da União Europeia para a juventude, consagrada no Livro Branco da Comissão Europeia intitulado *Um Novo Impulso à Juventude Europeia*²³ que incentiva, de uma forma geral, os Estados-Membros a promover a cidadania ativa no seio da comunidade jovem, uma vez que "conseguir os jovens mais envolvidos na vida das comunidades locais, nacional e europeu, e promover a cidadania ativa constituem assim um dos grandes desafios, não só para o presente mas também para o futuro das nossas sociedades."²⁴ O documento apela a uma forte cooperação entre os Estados-Membros, no que diz respeito às políticas da juventude, concentrando-se na implementação de objetivos concretos no campo da participação dos jovens, informação e atividades de voluntariado. Esta cooperação visa também a obtenção de um melhor conhecimento das políticas direcionadas para a juventude, nos próprios Estados-Membros. O mesmo documento aponta igualmente para um reforço no investimento, por parte da Comissão, nos Programas de Mobilidade, nomeadamente os programas *Erasmus* e *Comenius*. Este reforço tem vindo a ser implementado de uma forma crescente e ininterrupta, tendo levado a resultados impressionantes: no caso do programa *Erasmus* foi já contabilizada a participação de mais de 3 milhões de jovens.²⁵

²² Vide o Livro Branco da Comissão Europeia intitulado *Um Novo Impulso à Juventude Europeia*, disponível em http://ec.europa.eu/youth/documents/publications/whitepaper_pt.pdf.

²³ Disponível em http://ec.europa.eu/youth/documents/publications/whitepaper_pt.pdf.

²⁴ Comissão Europeia (2001), *Livro Branco da Comissão Europeia: Um Novo Impulso à Juventude Europeia*.

²⁵ O programa Erasmus é um dos grandes êxitos da União Europeia. Com 25 anos de existência, este programa já contemplou cerca de 3 milhões de jovens, que tiveram a oportunidade de estudar ou de fazer um estágio noutro país e cuja participação está igualmente aberta aos professores, o que contribui para a qualidade do ensino superior na Europa. Recentemente, a Comissão Europeia propôs um novo programa intitulado "Erasmus para todos" (2014-2020), com o objetivo de reunir todas as iniciativas europeias e internacionais atualmente existentes nos domínios da educação, formação, juventude e desporto. Estima-se que possa abranger cerca de 5 milhões de participantes.

Em julho de 2006, a Comissão Europeia apresentou uma comunicação sobre a cidadania europeia ativa dos jovens, no sentido de envolver ativamente os jovens na definição das políticas a seguir.²⁶ O debate que se gerou a partir da referida comunicação estendeu-se por toda a comunidade e resultou na apresentação de várias propostas, que, por sua vez, deram suporte ao lançamento de dois Programas Operacionais no âmbito da temática da cidadania ativa, para o período 2007-2013: o programa *Europa para os Cidadãos*²⁷ e o programa *Juventude em Ação*.²⁸ Por um lado, o programa *Europa para os Cidadãos* é um programa comunitário que coloca os cidadãos no centro da questão e lhes oferece a oportunidade de assumir plenamente as suas responsabilidades como cidadãos europeus, incentivando a cooperação entre estes e as entidades que assumem a tomada de decisão. Por outro lado, o programa *Juventude em Ação* tem como objetivos o desenvolvimento e apoio à cooperação europeia no domínio da juventude. Visa, designadamente, incentivar a participação dos jovens na vida pública - em especial os jovens com menos oportunidades, jovens com deficiência e jovens provenientes de comunidades minoritárias - e estimular a criatividade e espírito empreendedor e de iniciativa dos mesmos.

Desta forma, a União Europeia tem vindo a dotar-se de instrumentos capazes de promover a cidadania europeia ativa junto dos seus cidadãos, sobretudo dos mais jovens, e tem vindo, simultaneamente, a responder às vozes mais críticas que têm chamado a atenção para a necessidade de melhoria quantitativa e qualitativa da participação dos cidadãos na construção da UE, acusando a suas instituições de sofrerem de um défice democrático.

No que respeita às questões de cidadania europeia em Portugal, o CIEJD tem fornecido um importante contributo, desde a sua criação até ao presente. Desde Julho de 2008 que o CIEJD ganhou uma nova valência, tendo sido designado Organismo Intermediário (OI) entre o Estado Português e a Comissão Europeia para a implementação dos Planos de Comunicação anuais sobre a UE.²⁹ Estes Planos, que

²⁶ Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0417:FIN:PT:PDF>

²⁷ Vide http://eacea.ec.europa.eu/citizenship/programme/about_citizenship_en.php.

²⁸ Vide http://ec.europa.eu/youth/youth-in-action-programme/overview_en.htm.

²⁹ Informações sobre o Plano de Comunicação 2011 encontram-se disponíveis em: http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7241&p_est_id=14562.

refletem as prioridades da Comissão Europeia, focam com bastante incidência questões relacionadas com cidadania europeia. Plano de Comunicação de 2011 é disso exemplo, uma vez que entre os temas prioritários de comunicação constaram “*A UE dos Cidadãos*” e “*Comunicar a UE em parceria com os Cidadãos*”. No âmbito destas temáticas foi desenvolvida uma série de projetos - da qual destacamos o projeto *Participar para Mudar*³⁰ - que visava a promoção da cidadania ativa entre os jovens, levando-os a explorar e 'viver' o conceito de cidadania europeia através da partilha de experiências e da reflexão sobre a sua própria condição de cidadãos europeus.

O CIEJD tem procurado ir ao encontro das necessidades de informação dos cidadãos, desenvolvendo instrumentos chave de divulgação e fomentação de cidadania europeia ativa quer através das suas ações de continuidade (onde se inserem as Aulas Jacques Delors), quer através da sua ação enquanto Organismo Intermediário responsável pela implementação dos planos de comunicação acordados entre a Comissão Europeia e o Governo Português.

Num futuro próximo, a UE conta com vários instrumentos, de forma a dar continuidade ao trabalho já desenvolvido. Um dos instrumentos onde se espera uma elevada participação ativa dos cidadãos europeus é, sem dúvida, a *Iniciativa de Cidadania Europeia*.³¹ Este instrumento, consagrado no Tratado de Lisboa, foi implementado a 1 de abril de 2012, introduzindo uma nova forma de participação cívica na tomada de decisão política da União Europeia. Este novo mecanismo permite que um mínimo de um milhão de cidadãos da UE, de, pelo menos, sete Estados-Membros, possam convidar a Comissão Europeia a iniciar o processo legislativo, através da apresentação de propostas concretas de atos jurídicos, em áreas da sua competência. "Este instrumento de democracia participativa, totalmente novo, e sem precedentes a nível transnacional, contribuirá para consolidar as bases democráticas da União e para aproximar a Europa dos seus cidadãos ao conferir-lhes um canal direto para se fazerem ouvir em Bruxelas."³²

³⁰ Vide <http://www.participarparamudar.eu/about>.

³¹ Vide <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:065:0001:0022:EN:PDF>.

³² Comissão Europeia (2012), *Guia da Iniciativa de Cidadania Europeia* (prefácio de Maroš Šefčovič), p.1.

Adicionalmente, em agosto de 2011, a Comissão Europeia adotou uma proposta para dedicar, em 2013, o Ano Europeu aos cidadãos³³, de modo a assinalar o 20º aniversário do estabelecimento da cidadania da União no Tratado de Maastricht, e de dar visibilidade à ideia de cidadania europeia e aos benefícios concretos que este estatuto representa para as pessoas, e ainda sublinhar a importância do contributo dos cidadãos neste processo, dando efeito tangível aos seus direitos. Segundo a Comissária responsável pela Justiça e Cidadania, Viviane Reding, "A livre circulação é o direito mais precioso na União Europeia. É sinónimo de cidadania da União. As empresas e os cidadãos estão a retirar enormes benefícios da eliminação constante, pela UE, das barreiras internas à livre circulação de mercadorias, serviços e pessoas. Quero que continuemos a avançar para que os cidadãos da UE possam com toda a facilidade viajar, fazer compras, estudar ou residir noutro Estado-Membro da UE. Se os europeus não conhecerem os direitos que lhes assistem não os poderão exercer efetivamente. Atualmente, 48 % dos europeus consideram que não estão bem informados sobre os seus direitos. O Ano Europeu dos Cidadãos contribuirá para alterar este estado de coisas. Será uma boa oportunidade para recordar às pessoas o que a União Europeia pode fazer por cada um de nós."³⁴

A Comissão Europeia está, ainda, empenhada em dar continuidade ao Programa *Europa para os Cidadãos*, no período 2014-2020. A proposta, apresentada pela Comissão Europeia, visa reforçar a memória e a capacidade de os cidadãos e as associações optarem por uma participação cívica mais ativa. O programa contará com o envolvimento de organizações ativas na área da memória coletiva europeia, de organizações de interesses geral europeu, de municípios, de organizações da sociedade civil e de grupos de reflexão. O novo programa promete ainda ter uma estrutura mais eficaz, acentuando os pontos fortes do programa atual.³⁵

³³ Disponível em:

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/11/959&format=HTML&aged=1&language=PT&guiLanguage=en>.

³⁴ Comunicado de Imprensa, disponível em:

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/11/959&format=HTML&aged=1&language=PT&guiLanguage=en>.

³⁵ Comissão Europeia (2011), *Proposta de Regulamento do Conselho que institui o Programa «Europa para os Cidadãos» para o período de 2014-2020*.

A importância da fomentação de uma Cidadania Ativa

O presente subcapítulo desenvolve-se em torno de uma vertente mais teórica e analítica da questão da cidadania europeia ativa, explorando a importância deste conceito e dos instrumentos desenvolvidos pela UE para a respetiva divulgação.

Uma das primeiras noções apresentadas aos jovens no âmbito das Aulas Jacques Delors é a de cidadania europeia. Este conceito surgiu, sob o ponto de vista legal, em 1992, no âmbito da conceção e assinatura do Tratado de Maastricht (TUE). O conceito de cidadania europeia surge enquanto estatuto complementar da condição de cidadania nacional dos vários Estados-Membros no TUE, traduzindo-se na atribuição de direitos aos destinatários deste estatuto, e representando um marco de grande importância não só no avanço da esfera política europeia, mas também, e sobretudo, na aproximação entre a União Europeia e os povos que a constituem. O estatuto de cidadão europeu representa um conjunto de direitos,³⁶ nomeadamente:

- A liberdade de circulação no âmbito do espaço Schengen;
- A liberdade de viver, trabalhar e estudar em toda a UE;
- O acesso a documentos oficiais das instituições europeias;
- O direito de elegibilidade e voto no âmbito de atos eleitorais autárquicos e europeus;
- O direito à proteção diplomática fora do espaço da União Europeia;
- Assim como o direito de petição ao Parlamento Europeu e ao Provedor de Justiça Europeu.

³⁶ Direitos conferidos aos cidadãos europeus pelo Tratado de Maastricht e reafirmados no Tratado de Lisboa, Art. 20º (TFUE).

A proclamação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE,³⁷ quando da assinatura do Tratado de Nice (2001), veio reforçar amplamente esta aproximação entre a União Europeia e os cidadãos europeus, sobretudo desde que lhe foi atribuído carácter jurídico obrigatório com a assinatura (2007) e implementação (2009) do Tratado de Lisboa³⁸. Este documento contempla a salvaguarda dos direitos dos cidadãos europeus nos âmbitos da dignidade, liberdade, igualdade, solidariedade, cidadania e justiça. Apesar de o conceito de cidadania europeia *de jure* ter sido oficialmente adotado apenas recentemente, a vontade de criação de uma cidadania europeia já existe desde os *Estados Unidos da Europa* de Victor Hugo (1849)³⁹ e de Churchill (1946)⁴⁰ ou desde a *PanEuropa* de Coudenhove-Kalergi (1923).⁴¹

No contexto do surgimento e aplicação prática do conceito de cidadania europeia, é difícil ignorar-se o extenso debate que se tem vivido, nos palcos político e académico, sobre a eventualidade de existir um défice democrático na estrutura institucional da União Europeia. Uma das principais correntes de pensamento no âmbito do debate académico sobre a legitimidade da UE (e possivelmente a mais amplamente discutida) defende que a UE sofre de um défice democrático e que precisa de ser politizada para se tornar legítima. Segundo Stefano Bartolini, os

³⁷ Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf.

³⁸ Foi conferido carácter jurídico à Carta, quando da implementação do Tratado de Lisboa, figurando como "protocolo anexo" do Tratado. Todavia o protocolo n.º 30 do mesmo, relativo à aplicação da Carta à Polónia e ao Reino Unido, restringe a interpretação da Carta pelo Tribunal de Justiça e pelos tribunais nacionais destes dois países, em especial no que diz respeito aos direitos relacionados com a solidariedade.

³⁹ O termo *Estados Unidos da Europa* foi usado repetidamente por Victor Hugo, no seu discurso no Congresso Internacional da Paz, realizado em Paris, em 1849 e, mais tarde, na Assembleia Nacional Francesa, a 1 de março de 1871.

⁴⁰ O referido termo volta a ser relembado por Winston Churchill no seu famoso discurso em 1946 na Universidade de Zurique. Disponível em: <http://www.cvce.eu/collections/unit-content/-/unit/02bb76df-d066-4c08-a58a-d4686a3e68ff/e8f94da5-5911-4571-9010-cdcb50654d43>. Décadas mais tarde, já em 2005, o ex-primeiro ministro belga, Guy Verhofstadt, escreve um livro intitulado *Veregnide Staten van Europa* (Estados Unidos da Europa), reafirmando que a União política só será possível através de uma legitimação por parte dos seus cidadãos.

⁴¹ Em 1933, Coudenhove-Kalergi propôs o primeiro projeto moderno para uma Europa unida através do seu livro *Pan-Europa*. Este trabalho continua a ser uma referência para todos os estudiosos desta matéria. Nele, Coudenhove-Kalergi descreve a Europa como herdeira de um passado rico e sugere a união dos povos europeus como condição à sua sobrevivência. Rejeita todos os preconceitos nacionalistas, e afirma a defesa da liberdade e da paz que, juntamente com a reconciliação da França e Alemanha, julga serem os pilares da unidade europeia. A obra apresenta, ainda, soluções concretas para os problemas da altura, e nela a União dos povos europeus aparece como algo plausível e desejável, e não uma utopia distante.

resultados expectáveis de tal politização são a promoção do alinhamento político-partidário no seio das principais instituições europeias, a clarificação de mandatos políticos, a melhoria da coordenação interinstitucional, bem como a inclusão das preocupações e preferências dos cidadãos europeus na tomada de decisão a nível da UE.⁴²

Vários autores defendem diferentes versões da politização da UE: Andreas Føllesdal e Simon Hix, por exemplo, defendem um incremento nos níveis de responsabilização eleitoral dos decisores através da introdução de um acréscimo quantitativo e qualitativo de partidarismo, bem como uma ampliação do enfoque no Parlamento Europeu (PE) e na discussão, no seio desta instituição, de matérias regulatórias, de mercado e relacionadas com cidadania (em vez de discussões constantes e fraturantes sobre questões organizacionais).⁴³ Vernon Bogdanor, por sua vez, afirma que o problema de legitimidade da UE se prende com a ausência de consequências políticas derivadas das eleições europeias,⁴⁴ e sugere várias soluções: por um lado, propõe que a nomeação da Comissão Europeia (e do respetivo Presidente), seja diretamente ligada ao resultado das eleições do PE, de modo a gerar a criação de partidos europeus e de uma identidade europeia;⁴⁵ por outro lado, sugere que seja atribuído ao PE o poder de responsabilizar Comissários individualmente (podendo dispensá-los se necessário);⁴⁶ e, finalmente, recomenda o incremento de *referenda* à escala europeia sobre questões europeias centrais.⁴⁷ Por outro lado, Frank Decker e Jared Sonnicksen⁴⁸ defendem a eleição direta do Presidente da Comissão Europeia como forma de aproximação da UE aos respetivos cidadãos.

O défice democrático, ainda que amplamente discutível, não é uma noção aleatória e deriva de factos concretos. Um exemplo prático que revela a existência desta situação é a disfuncionalidade política do Parlamento Europeu, e uma das razões pela qual não se pode afirmar que esta instituição é inteiramente uma fonte de

⁴² Bartolini (2008), p. 15.

⁴³ Føllesdal e Hix (2005), pp. 18-22.

⁴⁴ Bogdanor (2007), p. 4.

⁴⁵ Bogdanor (2007), pp. 12-14.

⁴⁶ Bogdanor (2007), pp. 14-15.

⁴⁷ Bogdanor (2007), pp. 17-18.

⁴⁸ Decker e Sonnicksen (2011), pp. 168 - 191.

responsabilização democrática direta da União Europeia. De acordo com a atual configuração institucional do Parlamento Europeu, os deputados europeus não agem tanto de acordo com as famílias ou grupos políticos nos quais estão inseridos, mas de acordo com os desejos e agendas dos partidos nacionais dos quais são oriundos. De igual modo, e uma vez que não existem partidos políticos no verdadeiro sentido do termo à escala europeia, dado que estas famílias ou grupos políticos europeus são apenas conjuntos de partidos políticos nacionais agrupados por orientações políticas de forma geral e algo superficial, as decisões tomadas e posições assumidas requerem uma dose substancial de compromisso, tornando-se praticamente impercetível a distinção política entre a esquerda e a direita no contexto europeu, de um modo geral.

Uma vez que é possível identificar a presença, ainda que discutível, de um possível déficit democrático, cabe aos cidadãos, de certa forma e dentro dos seus limites, colmatar esta lacuna através de uma participação ativa. Se os cidadãos são a motivação e finalidade para a qual a União Europeia foi criada em primeiro lugar, cabe a estes assumirem um papel mais preponderante nos destinos desta entidade político-económica *sui generis*. A União Europeia tem todo o interesse em que os cidadãos elevem os seus níveis de participação, uma vez que esta legitima a própria existência da UE e motiva as respetivas decisões.

O conceito de cidadania, de um modo geral, traduz-se apenas na aplicação tácita do mesmo, através de atividades cívicas quotidianas tais como o pagamento de impostos, o usufruto de serviços públicos, a participação em atos eleitorais, etc., contudo, a União Europeia pretende que o conceito de cidadania europeia seja sinónimo de cidadania *ativa* e que venha a gerar, eventualmente, uma identidade europeia. Neste sentido, a UE pretende estabelecer um diálogo permanente com os cidadãos, e é através do recurso a meios como a educação e formação que é possível despertar a consciência dos cidadãos nacionais para a sua envolvência europeia e para a importância que o projeto europeu representa nas suas vidas e nas da comunidade em que se inserem, assim como para o papel ativo que podem desempenhar nos destinos da União Europeia. Para tal, a UE tem disponibilizado inúmeros instrumentos,

não só de foro educativo, tais como os enumerados no subcapítulo precedente, mas também de outras naturezas, nomeadamente política.

A abertura e transparência que o Tratado de Lisboa trouxe, marcam um novo capítulo no caminho em direção à criação de uma identidade europeia. Alguns exemplos desta abertura e transparência são a supramencionada criação da iniciativa de cidadania europeia⁴⁹ (no âmbito da qual um mínimo de um milhão de cidadãos provenientes de sete ou mais Estados-Membros⁵⁰ podem solicitar à Comissão Europeia que dê início ao processo legislativo através de uma proposta), o incremento da participação dos parlamentos nacionais na tomada de decisão a nível europeu, bem como a intensificação das consultas públicas relacionadas com atos legislativos de várias naturezas.

No estado atual da União Europeia, que atravessa uma crise económica e financeira profunda, podemos questionar-nos sobre os motivos que levam a que a promoção da cidadania europeia seja uma das prioridades para as instituições europeias. Nos últimos anos, tem-se assistido a uma série de debates concernentes ao futuro da Europa, ao seu desenvolvimento institucional e conceitual, às questões financeiras e económicas, ao alargamento, e à posição da UE num mundo globalizado. O principal motivo que move estes debates é a ausência de uma visão comum clara do futuro político da União. Uma parte considerável dos cidadãos, por seu turno, sente que as instituições europeias não funcionam de forma transparente, e que estão cada vez mais distantes.⁵¹ Subsiste, atualmente, um sentimento crescente entre os jovens - especialmente os jovens provenientes de meios desfavorecidos ou marginalizados, que muitas vezes não têm canais de comunicação adequados e acesso à informação - de que as instituições políticas representativas estão longe das suas próprias realidades quotidianas, e que não escutam as suas preocupações.⁵²

⁴⁹ Parlamento Europeu, Conselho da UE (2011), *Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a iniciativa de cidadania*. A referida iniciativa, bem como o seu *modus operandi* pode ser consultado no sítio da Comissão Europeia: <http://ec.europa.eu/citizens-initiative/public/welcome>.

⁵⁰ Talvez mencionar que no caso de Portugal o número mínimo de subscritores é de 16500

⁵¹ Vide, por exemplo, Comissão Europeia (2006), *Flash Eurobarometer No 189a – EU Communication and the citizens, General Public Survey*.

⁵² Esta observação geral é feita com base em conversas informais com jovens, em condições semelhantes, que visitaram o CIEJD durante o período de estágio.

Apesar de todas as atividades desenvolvidas pela UE e das prioridades mencionadas, muitos jovens ainda não sabem exatamente o que significa o conceito de cidadania europeia, nem sabem como podem integrar este conceito nas suas vidas.⁵³ Neste sentido, e por estes motivos, tem-se tornado imperativo que as instituições europeias continuem a disponibilizar mecanismos que promovam a participação ativa dos cidadãos, especialmente os jovens, levando-os a desempenhar um papel ativo na construção da UE, e que os impulsionem a promover e a respeitar os valores europeus, a democracia, a cultura e a integrem-se numa sociedade dinâmica, fruto de uma mobilidade sem precedentes. Em suma, tem-se tornado imperativo que as instituições europeias continuem a criar condições que levem os jovens a empenharem-se na divulgação do ideal europeu de uma sociedade aberta, inclusiva e coesa, através da fomentação do aumento do conhecimento e um entendimento comum da noção de cidadania europeia, e do quadro político, jurídico, social, cultural e económico em que este conceito se insere.

⁵³ Vide nota 45.

METODOLOGIA

Este capítulo procura apresentar as metodologias utilizadas nas várias fases de realização do estágio e do respetivo relatório.

A escolha do CIEJD enquanto entidade de acolhimento para a realização do estágio deveu-se, para além dos fatores previamente enumerados, ao crescente interesse em questões relacionadas com a área da educação para a cidadania, em que a temática da cidadania europeia ganha particular importância. Neste sentido, acordou-se com a orientadora profissional de estágio - a Mestre Filomena António, na qualidade de coordenadora da UFAPP - que a principal tarefa *profissional*, embora não a única, seria a dinamização de sessões de informação sobre a UE a jovens em idade escolar, denominadas Aulas Jacques Delors e que a principal tarefa *académica*, em complemento da realização do estágio, seria a elaboração do presente relatório de estágio, através do qual procuraríamos avaliar o trabalho realizado e identificar a perceção dos jovens abrangidos pelas AJD, sobre a sua condição de cidadãos europeus ativos.

A metodologia aplicada na lecionação e preparação das Aulas Jacques Delors foi revista pela coordenadora da UFAPP, Mestre Filomena António, na qualidade de orientadora profissional, e corrigida de comum acordo quando necessário. De modo semelhante, todos os conteúdos pedagógicos preparados e atividades realizadas foram, de resto, monitorizados com frequência e detalhe pela coordenadora e demais equipa da UFAPP.

Por um lado, a vertente de lecionação das AJD compreendeu componentes de explicação, demonstração (e.g. mapas, quadros, gráficos, etc.) e colaboração (através da troca de perguntas e ideias, em momentos específicos e no final de cada sessão). Por outro lado, na vertente de preparação das AJD, foi feita uma recolha e sistematização de informação basilar para conceção de conteúdos didáticos e respetiva adaptação às faixas etárias e níveis educacionais correspondentes; bem

como uma recolha de informação relativa aos *curricula* escolares nacionais e aos programas de cada turma visitante e respetiva adequação dos conteúdos a lecionar, nomeadamente através da introdução de informação específica para o efeito (e.g. mapa e explicação do Espaço Schengen, cronograma evolutivo da UEM, etc.).

O objeto de estudo do presente relatório de estágio são as Aulas Jacques Delors. Neste sentido, a principal questão orientadora é a seguinte: *Até que ponto é que o modelo das Aulas Jacques Delors, enquanto instrumento de informação e comunicação entre a UE e os jovens cidadãos portugueses, é eficaz face às múltiplas abordagens de natureza educativa disponibilizadas pela UE para o fim de consciencializar os seus cidadãos?*

Neste sentido, a metodologia aplicada na elaboração do presente relatório de estágio, de resto submetida à aprovação das instâncias académicas competentes, compreendeu a descrição das atividades realizadas no estágio e a avaliação das mesmas, bem como a análise da importância da consciencialização dos cidadãos europeus mais jovens através de iniciativas e programas educativos da UE. Esta análise, por sua vez, foi desenvolvida através da pesquisa, observação e análise de instrumentos europeus de foro educativo criados ou usados para o efeito de sensibilizar os cidadãos europeus para a sua própria integração e aproximação à UE. De resto, sempre que for pertinente, as opções metodológicas serão referidas no início dos capítulos ou subcapítulos.

Em termos estruturais, o presente relatório divide-se em diferentes áreas, a saber:

- A introdução expõe a problemática a estudar;
- O capítulo de enquadramento geral insere o estágio no âmbito do nosso mestrado e percurso académico;
- O capítulo de enquadramento teórico desenvolve-se em torno da questão da cidadania ativa e do papel da União Europeia na divulgação deste conceito

através de programas de foro educativo, de organismos como o CIEJD e de iniciativas como as AJD;

- O capítulo referente à metodologia apresenta a questão orientadora e o modo como levámos a cabo o trabalho prático e a investigação académica inerente;
- O capítulo referente à apresentação da instituição de acolhimento visa fornecer informações relativas à instituição e à Unidade de acolhimento (CIEJD e UFAPP, respetivamente), através de um enquadramento e de um relato da sua evolução enquanto entidade institucional e sobre o seu papel enquanto entidade ao serviço do cidadão;
- O capítulo referente à realização do estágio curricular abarca o processo de integração na Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos, os objetivos estabelecidos para o período de estágio e as atividades efetivamente desenvolvidas;
- O capítulo referente à interação com os cidadãos foca em especial a interação com os mais jovens e o trabalho desenvolvido pelo CIEJD e por nós no âmbito da preparação e ministração das AJD;
- O relatório finda com uma conclusão que procura fazer um balanço do estágio em termos de trabalho desenvolvido e de resultados práticos deste trabalho, nomeadamente no que toca à consciencialização do público relativamente ao conceito de cidadania ativa no âmbito das AJD, culminando com algumas recomendações práticas.

I - Apresentação da Instituição de Acolhimento

I.1 - O Centro de Informação Europeia Jacques Delors: estrutura orgânica, funcionamento e equipa



Figura 1 - Palacete do Relógio, Cais do Sodré

(Fonte - <http://alexandremarquespereira.blogspot.com/>)

O presente subcapítulo visa fornecer informações relativas à instituição de acolhimento, o Centro de Informação Europeia Jacques Delors, através de um enquadramento e de um relato da sua evolução enquanto entidade institucional e do seu papel enquanto entidade ao serviço do cidadão.⁵⁴

O CEJD foi criado pelo Estado Português e pela Comunidade Europeia em dezembro de 1994 e inaugurado em março de 1995 pelo seu patrono, Jacques

⁵⁴ Os documentos institucionais e legais do CIEJD podem ser consultados em: http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=302&p_est_id=809.

Delors.⁵⁵ A criação desta instituição surgiu no seguimento da extinção do Secretariado Europa que tinha o propósito basilar, que, de certa forma, o CIEJD mantém até aos dias de hoje, de informar e esclarecer o público sobre questões relacionadas com o processo de integração europeia, com particular incidência no processo de concretização do mercado interno europeu. No seu ato constitutivo pode ler-se “(..) tem por objeto divulgar informação e documentação sobre questões e temas ligados à União Europeia, bem como prestar formação nesse domínio e dinamizar e apoiar todo o tipo de iniciativas que contribuam para esses objetivos.”⁵⁶

Desde janeiro de 2008 que o CIEJD passou a integrar, sob a direção da Dra. Clotilde Pestana, a Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE), sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), resultante da (...) importância da ação do Centro, bem como ao seu papel único na informação, divulgação e formação sobre a União Europeia (...).⁵⁷ A par desta alteração institucional, o CIEJD, ganhou, em julho desse mesmo ano, uma nova valência, uma vez que foi constituído, por proposta do Governo Português, aceite pela Comissão Europeia, Organismo Intermediário da Comissão Europeia para a promoção da política de informação e comunicação da União Europeia em Portugal. Neste contexto, foi assinada entre a Comissão Europeia e o Estado Português, uma Convenção de Delegação, por um período de quatro anos que define as regras de funcionamento da Parceria de Gestão (PG) estabelecida entre as partes.⁵⁸

As parcerias desta natureza servem o propósito de aproveitamento das competências dos Estados-Membros, da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, de modo a gerar uma certa coordenação das atividades informativas e de comunicação relacionadas com a União Europeia sob a forma de Planos de Comunicação anuais,

⁵⁵ Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia durante 10 anos, de 1985 a 1995.

⁵⁶ Diário da República, III Série, Nº 21, 25-1-1995, “*Centro de Informação Jacques Delors, Agrupamento Europeu de Interesse Económico*”, Art. 3º. Disponível em:

<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/web/documentos/ciejd/historia/000021627.pdf>

[Consultado a 22-07-2012]

⁵⁷ Decreto-Lei nº 207/2007, de 29 de maio. Disponível em:

http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/web/documentos/ciejd/documentos_legais/000039773.pdf

⁵⁸ Mais informação disponível em:

http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=4441&p_est_id=14778.

cujo financiamento cabe à Comissão Europeia. Cada Plano de Comunicação é elaborado e acompanhado por uma Célula de Coordenação, a qual integram representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Gabinete do Parlamento Europeu e da Representação da Comissão Europeia em Portugal.⁵⁹

No âmbito de cada Plano de Comunicação, cabe ao CIEJD, na qualidade de Organismo Intermediário, efetuar a preparação, monitorização e lançamento efetivo de concursos e subvenções sobre os temas determinados como prioritários pela Célula de Coordenação, avaliar as candidaturas aos mesmos concursos, assim como assegurar a gestão, a supervisão e a execução física e financeira das ações e atividades levadas a cabo por terceiros, que contribuam positivamente para a informação do público sobre a União Europeia, bem como para a promoção de uma cidadania europeia ativa e de um debate público sobre estas matérias.

Como já foi mencionado, a principal missão do CIEJD é informar e formar os cidadãos de língua portuguesa, sobretudo os portugueses, de todas as idades sobre a União Europeia, promovendo uma maior participação no processo de construção europeia. Para tal, a atividade do CIEJD assenta em dois eixos:

- O eixo da DGAE do MNE, que prevê a promoção do conhecimento sobre a UE em Portugal, através de ações de informação, formação e animação pedagógica;
- E o eixo do OI no quadro da PG, que prevê a promoção da política de informação e comunicação da UE em Portugal, através de eventos direcionados para o público em geral, cursos para professores, conteúdos pedagógicos, etc.

O CIEJD divide-se, em termos estruturais, em duas unidades: a Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos (UFAPP), na qual decorreu o estágio descrito no presente relatório, que funciona sob a coordenação da Mestre Filomena António, e a Unidade de Informação e Comunicação (UIC), no âmbito da qual participámos em atividades ocasionais, coordenada pelo Dr. Carlos Medeiros.

⁵⁹ http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.preview?p_sub=57&p_cot_id=4441&p_est_id=14778.

O CIEJD encontra-se dotado de recursos através dos quais leva a cabo as suas funções. Entre estes recursos contam-se materiais pedagógicos de várias naturezas, *dossiers* temáticos,⁶⁰ apresentações em PowerPoint, *quizzes*, diretórios bibliográficos, etc., que podem ser consultados em vários sítios de internet geridos pelo CIEJD.⁶¹ Neste sentido importa ressaltar que o CIEJD é uma entidade acreditada pelo Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua e pelo Instituto para a Qualidade na Formação, o que lhe permite desenvolver ações de formação para diferentes públicos, nomeadamente professores, pessoal não docente, técnicos de autarquias, entre outros.

I.2 - A Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos

O presente subcapítulo visa fornecer informações relativas à unidade na qual o estágio teve lugar (UFAPP), através da enumeração das atividades incumbidas a esta unidade, sendo que, por esta razão, nos debruçaremos mais sobre ela.

As atividades da competência da UFAPP, no âmbito da qual decorreu o estágio objeto do presente relatório, incluem ações de formação, ações de animação pedagógica, a coordenação e gestão de projetos, a execução do Plano de Comunicação anual, a produção de conteúdos, a gestão da rede de formadores Jacques Delors, bem como a edição de publicações.

No âmbito das ações de formação, para além de cursos e ações de formação destinados a diversos públicos, destacam-se as Aulas Jacques Delors e as Sessões de Informação e Debate, distinguíveis pelo público-alvo a que se destinam (as primeiras destinam-se aos mais jovens, ao passo que as segundas se destinam a públicos mais

⁶⁰ Disponíveis em: <http://dossiers.euroid.pt>.

⁶¹ Nomeadamente no portal Eurocid (disponível em: <http://www.euroid.pt>), assim como no sítio da Biblioteca InfoEuropa (disponível em: <https://infoeuropa.euroid.pt>).

maduros) e à respetiva adaptação dos conteúdos ministrados. Tanto as Aulas Jacques Delors como as Sessões de Informação e Debate se debruçam sobre temas relacionados com a conceção da União Europeia dos pontos de vista histórico, geográfico, político e económico, ou sobre temas específicos, tais como questões ambientais e respetivas políticas e instrumentos europeus, estratégias recentes de recuperação económica e combate à crise (tal como a estratégia Europa 2020), sobre os tratados, sobre os Anos Europeus, ou ainda, e de modo particularmente relevante para a presente investigação, e dado o nosso interesse por esta temática, sobre cidadania europeia. As ações de animação pedagógica, dedicadas ao público mais jovem, incluem peças de teatro, jogos (tanto eletrónicos como presenciais), concursos, etc.

De entre os projetos europeus a cargo desta unidade salienta-se a *Agenda Europa*,⁶² um projeto apoiado pela Comissão Europeia que visa complementar os *curricula* escolares nacionais, disponibilizando informações relacionadas com a União Europeia e com questões ligadas à proteção dos consumidores, ambiente, desenvolvimento profissional, etc.; e o programa ELOS - *Europe as a Learning Environment in Schools*,⁶³ um programa financiado pela Comissão Europeia, cuja coordenação nacional se encontra a cargo do CIEJD, na pessoa da Mestre Filomena António, que tem como objetivo a promoção de uma orientação europeia e internacional (OEI) no ensino e a preparação dos alunos para a assunção do respetivo papel de cidadãos europeus.

O cumprimento das tarefas e elementos do Plano de Comunicação anual⁶⁴ que competem à UFAPP pressupõe o lançamento de concursos, o acompanhamento da execução de contratos, assim como a gestão, monitorização e avaliação das ações levadas a cabo no âmbito deste plano.

A produção de conteúdos próprios é outra das áreas de intervenção UFAPP, em complemento de todas as atividades de formação e animação pedagógica

⁶² Informação disponível em:

http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=1140&p_est_id=6111. Esta agenda passou, após o final do período de estágio, a ser divulgada apenas em suporte digital.

⁶³ Disponível em: http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=1036&p_est_id=2824.

⁶⁴ Disponível em: <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000047662/documento/0001/>.

desenvolvidas pelo CIEJD, e assume diversos formatos (tais como apresentações em *PowerPoint*, dossiers de informação em CD-ROM, jogos pedagógicos, etc.).

A gestão da rede de formadores Jacques Delors, responsáveis por ministrar ações e cursos de formação descentralizados (por todo o território português) é igualmente assegurada pela Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos.

A UFAPP está ainda encarregue de editar algumas publicações fundamentais, tais como o Prémio Jacques Delors,⁶⁵ que distingue anualmente um estudo académico em língua portuguesa sobre uma temática relacionada com assuntos europeus, ou ainda conceber e editar a revista *Europa: Novas Fronteiras*,⁶⁶ uma publicação periódica dedicada igualmente a temáticas pertinentes da União Europeia.

A escolha da UFAPP, enquanto Unidade do CIEJD, para a realização do estágio curricular, deveu-se à natureza do trabalho aí desenvolvido e à nossa predisposição em enveredar pelo percurso pedagógico, tanto no sentido do estudo académico do impacto da educação e formação nos cidadãos europeus mais jovens, como no sentido prático de lecionar ou contribuir para essa mesma formação. A oportunidade de integrar esta unidade permitiu-nos ministrar Aulas Jacques Delors e ter um contacto privilegiado com o público em idade escolar em momentos determinantes para a formação destes jovens enquanto cidadãos europeus, o que se revelou uma mais-valia, conforme será demonstrado no presente relatório.

⁶⁵ Disponível em: http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=933.

⁶⁶ Disponível em: http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=272.

II - Realização do Estágio Curricular

II.1 - Integração na equipa da UFAPP

O presente subcapítulo refere-se à realização do estágio em si, e diz respeito ao nosso processo de integração na equipa da Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos. O estágio teve a duração de 800 horas e decorreu no período entre 20 de setembro de 2010 e 20 de junho de 2011 na UFAPP do CIEJD.

A integração na equipa da UFAPP foi quase imediata e contou com o total apoio tanto da parte das funcionárias como da parte da coordenadora. A coordenadora da unidade, Mestre Filomena António, encarregou-se, logo de início, de nos informar sobre as funções que iríamos desempenhar e os horários a cumprir, embora estes fossem flexíveis desde que o trabalho diário fosse executado. Por sua vez, as demais técnicas da unidade - Dra. Carla Gonçalves, Dra. Elvira Ventura, Dra. Sandra Pereira e Dra. Graça Múrias - facultaram-nos o apoio diário, à medida que este foi sendo solicitado, através do esclarecimento de dúvidas relacionadas com as funções a desempenhar e com o funcionamento do CIEJD e da própria unidade.

A facilidade e rapidez do processo de integração no seio da UFAPP e do próprio CIEJD resultaram numa participação, da nossa parte, não só ativa, mas pró-ativa, e na legitimação de alguma autonomia que fomos adquirindo com base nossa conduta inquisitiva e participativa, através da elaboração de propostas de alterações e melhoramentos dos conteúdos das Aulas Jacques Delors e Sessões de Informação e Debate, bem como no apoio à produção de conteúdos didáticos e na disponibilização para apoio nos trabalhos e projetos desenvolvidos pelos demais membros da UFAPP e, ocasionalmente, da Unidade de Informação e Comunicação.

O trabalho desenvolvido contou, ao longo de todo o período de estágio, com a supervisão permanente e enquadramento sistemático tanto por parte da Direção do

CIEJD (Dra. Clotilde Pestana) como, e sobretudo, por parte da Coordenadora da Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos, Mestre Filomena António. O acompanhamento das atividades por parte da Coordenadora da UFAPP, Mestre Filomena António, a qual assumiu o papel de orientadora da vertente profissional do estágio, foi constante, através da realização de reuniões de ponto de situação com incidência semanal e através de uma monitorização diária das funções e atividades que nos foram incumbidas.

II.2 - Objetivos do estágio

O presente subcapítulo concerne a exposição dos objetivos estabelecidos para o período de estágio.

O objetivo geral e implícito do estágio era garantir o desempenho de funções de carácter profissional, através da realização do mesmo, relevantes para a instituição de acolhimento (CIEJD / UFAPP) e que envolvessem a aplicação prática de conhecimentos teóricos e práticos adquiridos na parte curricular do mestrado. Procurava-se, ainda, que o estágio contribuísse para o nosso enriquecimento pessoal e profissional, nomeadamente, através da aplicação de conhecimentos relacionados com órgãos e instituições, tratados, políticas e iniciativas da União Europeia.

Para além deste objetivo geral, foram, de igual modo, estabelecidos objetivos mais específicos relacionados com as tarefas e atividades a desempenhar. Os principais objetivos específicos do estágio, determinados em conjunto pela coordenadora da Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos, Mestre Filomena António, e por nós, foram os seguintes:

- A articulação de conhecimentos teóricos e práticos de forma sistematizada;

- A compreensão das diferentes dimensões da atuação dos formadores em contexto escolar;
- O conhecimento da realidade escolar e social, nomeadamente no que diz respeito a questões europeias;
- A construção de um perfil profissional competente e competitivo;
- A elaboração e apoio à elaboração de materiais didático-pedagógicos de acordo com as necessidades existentes;
- O desenvolvimento de capacidades de atuação pedagógica;
- O desenvolvimento de capacidades de análise e planeamento de ações passíveis de realização, dentro do âmbito das funções que nos foram incumbidas.

Uma descrição detalhada das tarefas diárias que nos foram atribuídas pela coordenadora da Unidade de Formação, Mestre Filomena António, pode ser consultada no subcapítulo subsequente.

II.3 - Atividades desenvolvidas

O presente subcapítulo refere-se à enumeração das atividades efetivamente desenvolvidas por nós.

No contexto do estágio realizado, tivemos oportunidade de trabalhar em várias áreas, no âmbito das competências do CIEJD, nomeadamente em ações de animação pedagógica, no acesso à informação e apoio a eventos, em ações e projetos de formação, bem como na elaboração de conteúdos pedagógicos.

No âmbito das Ações de Formação e de Animação Pedagógica, coube-nos, em primeiro lugar, a preparação e realização de Aulas Jacques Delors e de Sessões de Informação e Debate nas instalações do CIEJD, cujo objetivo é informar o público sobre os principais aspetos da construção europeia. Através do conhecimento prévio do perfil da audiência, nomeadamente a sua faixa etária e nível de escolaridade, as sessões foram ministradas de modo a ir ao encontro dos interesses e orientação curricular dos participantes, sendo que tanto a linguagem como o conteúdo foram sendo adaptados aos grupos em questão. Esta tarefa exigiu a aplicação constante dos nossos conhecimentos, nomeadamente, sobre o processo de construção europeia, as instituições e políticas europeias, a cidadania europeia, os tratados, a UEM, a Justiça e Assuntos Internos e a estratégia Europa 2020. Esta tarefa de adaptação de conteúdos e ministração das ações foi, logo desde o início, determinada como a nossa principal atividade.

No que concerne às funções ligadas ao acesso à informação e ao apoio a eventos, coube-nos responder a pedidos de colaboração visando a realização de eventos sobre assuntos relacionados com a União Europeia, tais como a criação e os sucessivos alargamentos da UE, o Espaço Schengen,⁶⁷ criação e desenvolvimentos da União Económica e Monetária (UEM), símbolos da UE e informação sobre as políticas comunitárias, através do envio de informação e documentação europeia para as escolas, professores, alunos e demais público interessado. No cumprimento desta tarefa tivemos a oportunidade de desenvolver a capacidade de pesquisa nos temas solicitados, utilizando de forma eficaz tanto as bases de dados do CIEJD como outras fontes de informação, nomeadamente as bases de dados de órgãos e instituições

⁶⁷ Espaço de livre circulação de pessoas em território de Estados europeus signatários do Acordo de Schengen. Os Estados signatários do acordo aboliram as fronteiras internas a favor de uma fronteira externa única. Foram adotados procedimentos e regras comuns no Espaço Schengen em matéria de vistos para estadas de curta duração, pedidos de asilos e controlos nas fronteiras externas. Em simultâneo, e por forma a garantir a segurança no espaço Schengen, foi estabelecida a cooperação e a coordenação entre os serviços policiais e as autoridades judiciais. A cooperação Schengen foi integrada no direito da União Europeia pelo Tratado de Amesterdão em 1997. No entanto, nem todos os países que cooperam no âmbito do Acordo Schengen são membros do Espaço Schengen, quer porque não desejam a supressão dos controlos nas fronteiras quer porque ainda não preenchem as condições necessárias para a aplicação do acervo de Schengen.

européias. De igual modo, no âmbito de cumprimento desta tarefa, podemos desenvolver as nossas capacidades de comunicação com públicos bastante diversos.⁶⁸

No que diz respeito a projetos de formação, participámos na prestação de apoio nos processos de conceção, implementação, acompanhamento e avaliação de ações de formação no âmbito de temáticas europeias, tal como a temática *Cidadania Europeia*, realizadas pelos formadores do CIEJD. Foi, ainda, possível apoiar a conceção e implementação de diversas ações de informação e debate sobre vários temas ligados à UE. Estas ações têm como objetivo a sensibilização dos cidadãos para os temas mais pertinentes da atualidade europeia e são realizadas por todo o país com o apoio de uma rede de formadores do CIEJD, a Rede Jacques Delors. A nossa participação neste tipo de eventos permitiu que ganhássemos uma experiência sólida nos aspetos organizativos, diretamente relacionados com a realização destas ações e projetos, possibilitando a aplicação dos conhecimentos adquiridos no âmbito da licenciatura e na vertente curricular do mestrado, no apoio à concetualização de conteúdos, no tratamento da avaliação, no controlo estatístico e na monitorização dos eventos.

Coube-nos, ainda, prestar apoio no processo de elaboração de conteúdos pedagógicos⁶⁹ de acordo com os conhecimentos que adquirimos durante a componente letiva do mestrado a que o presente relatório de estágio se encontra afeto. Embora no cumprimento desta tarefa tenhamos incidido em particular na preparação e atualização dos respetivos conteúdos pedagógicos das Aulas Jacques Delors e nas Sessões de Informação e Debate, participámos ativamente no apoio à produção de conteúdos fora deste âmbito, uma vez que estes constituem o suporte de todas as atividades do CIEJD.

Adicionalmente, e por último, fomos sendo incumbidas de tarefas adicionais decorrentes das nossas funções e da nossa disponibilização para apoiar e colaborar com as técnicas UFAPP, e ainda de algumas tarefas *ad hoc*, nomeadamente:

⁶⁸ Um exemplo de um evento em cuja preparação apoiamos foi o *Road Show* sobre o Tratado de Lisboa. Mais informação disponível em:

http://www.euroid.pt/pls/wsd/docs/F26170/road_show_apresentacao.pdf.

⁶⁹ Vide em anexo a apresentação referente à AJD do Ano Europeu do Voluntariado e da Cidadania Ativa (Anexo E).

- Apoio na elaboração de conteúdos para a Agenda Europa, nomeadamente na elaboração de textos e edição de imagens relativos às ações do CIEJD;⁷⁰
- Apoio na elaboração de conteúdos informativos para o sítio do CIEJD;⁷¹
- Participação e apoio em iniciativas promovidas pelo CIEJD, tais como a divulgação do Prémio Jacques Delors por diversas Universidades de Lisboa;
- Apoio na preparação dos festejos Dia da Europa, nomeadamente na recolha e seleção de matérias promocionais alusivos ao tema;
- Atualização de conteúdos pedagógicos do sítio de internet, tais como jogos e *quizzes*;
- Gestão da agenda da formação, nomeadamente através da divulgação de ações, tais como as AJD,, receção de pedidos e agendamento de visitas ao CIEJD;
- Apoio no acompanhamento de *dossiers* técnico-pedagógicos, tais como o *dossier* relativo ao programa ELOS;
- Preparação de *newsletter* sobre o Dia da Europa, nomeadamente, sobre os eventos comemorativos a realizar;⁷²
- Dinamização de três sessões sobre fontes de informação da UE no Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.⁷³

⁷⁰ Consultar em anexo as páginas da agenda por nós criadas (Anexo B).

⁷¹ Exemplo de conteúdo por nós elaborado para o sítio do CIEJD. Disponível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=6168&p_est_id=12864

⁷² *Newsletter* comemorativa do Dia da Europa, por nós elaborada. Disponível em: <https://infoeuropa.eurocid.pt/registo/000043735/documento/0001/>

⁷³ Consultar as respetivas apresentações em anexo (Anexo C).

III - A interação com os cidadãos

III.1 - As Aulas Jacques Delors



Figura 2 - Sala de formação do CIEJD

(Fonte - <http://www.eurocid.pt>)

O presente subcapítulo foca a componente do estágio relativa à interação com os cidadãos, com especial enfoque nos mais jovens e no trabalho desenvolvido pelo CIEJD e por nós no âmbito da preparação e ministração das AJD.

Conforme mencionado previamente, a nossa principal função no âmbito da UFAPP e do próprio CIEJD foi desenvolver e atualizar os conteúdos pedagógicos das Aulas Jacques Delors e ministrar as mesmas. Estas aulas gratuitas, para os alunos e para as escolas interessadas, podem ser administradas na sala de formação do CIEJD, em Lisboa, pelos formadores do CIEJD, assim como por todo o país, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, pela Rede de Formadores Jacques

Delors⁷⁴ (sendo que nesta modalidade as aulas são designadas de AJD Descentralizadas). As sessões são solicitadas pelas escolas, por parte do professor ou responsável pelo grupo de alunos visados, e agendadas pelo CIEJD, considerando a disponibilidade existente. Neste contacto, através de correio eletrónico ou telefone, era dada a conhecer ao docente ou responsável a oferta formativa do CIEJD para que este, em conjunto com o técnico / formador, pudesse decidir qual a temática a abordar. A decisão tinha em conta o nível escolar dos alunos, os conteúdos já lecionados, bem como necessidades específicas de cada grupo. Na maioria dos casos, as AJD destinavam-se a consolidar conteúdos já abordados na escola, nomeadamente, nas disciplinas de geografia, história e economia, que, de resto, fazem parte integrante dos *curricula* nacionais.

O objetivo destas Aulas é fomentar o conhecimento e o debate sobre a União Europeia e sobretudo promover a consciencialização dos jovens para o seu papel enquanto cidadãos europeus. Dirigem-se a jovens em idade escolar de todos os níveis de ensino (do ensino básico ao secundário, incluindo o ensino profissional e universitário), e têm uma duração aproximada de uma hora, havendo sempre espaço, durante as sessões, para responder a questões levantadas por parte dos formandos, prática, de resto, amplamente encorajada pelos técnicos / formadores do CIEJD. As AJD podem debruçar-se sobre temas genéricos ou sobre temas específicos, dentro da escolha apresentada na oferta formativa do CIEJD,⁷⁵ de acordo com o solicitado por parte das escolas que se dirigem ao CIEJD, ocasionalmente como forma de complemento de alguma disciplina lecionada no âmbito do currículo das escolas ou mesmo a pedido dos próprios alunos. De entre as AJD mais frequentemente solicitadas destacam-se as aulas genéricas e as aulas sobre cidadania europeia, embora também

⁷⁴ Mais informação disponível em:

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=1414&p_est_id=4033

⁷⁵ A oferta formativa do CIEJD pode ser consultada *online*. O documento relativo ao biénio letivo 2010/2011 encontra-se disponibilizado em:

https://infoeuropa.eurocid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000046148&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA.

existam Aulas temáticas sobre energia e alterações climáticas, o Tratado de Lisboa, a estratégia Europa 2020, e o Ano Europeu em vigor.⁷⁶

Uma Aula Jacques Delors designada de 'genérica', por exemplo, embora com o conteúdo adaptado a cada nível escolar, foca o desenvolvimento histórico e geográfico da União Europeia através da explicação dos principais marcos históricos de aprofundamento (tais como acordos e tratados), e dos sucessivos alargamentos, contemplando ainda uma breve explicação sobre a circulação do euro e os símbolos europeus. Em alguns casos muito excecionais, que tiveram lugar durante o período de estágio, decorrentes de pedidos específicos das escolas, foram por nós elaborados e adicionados aos conteúdos das AJD genéricas elementos pontuais que enriqueceram a informação, nomeadamente sobre a União Económica e Monetária, sobre o espaço Schengen, sobre o Tratado de Lisboa e, ainda, sobre a estrutura institucional da União Europeia.

Quanto às AJD sobre cidadania europeia,⁷⁷ igualmente com o conteúdo adaptado a cada nível escolar, contemplam, à semelhança das Aulas genéricas, embora de forma menos aprofundada, uma breve explicação da evolução histórica e geográfica da União Europeia. A esta introdução segue-se uma explicação sobre os conceitos de cidadania (de um modo geral) e de cidadania europeia, e uma apresentação sobre a componente de cidadania patente na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Durante o tempo que resta da apresentação são colocadas questões à audiência, com o intuito de fomentar a participação desta, intercaladas com as respetivas respostas e explicações, sendo que as questões (e respostas) se relacionam com os principais direitos inerentes ao estatuto de cidadania europeia (livre circulação, proteção diplomática, direito de petição ao Parlamento

⁷⁶ Durante o período do estágio relatado no presente documento foram preparadas e ministradas por nós AJD apenas sobre o Ano Europeu do Voluntariado e da Cidadania Ativa (2011).

⁷⁷ A Cidadania da União foi instituída no Tratado da União Europeia (Maastricht), em 1992. No Artigo nº 17 do Tratado pode ler-se: "É instituída a cidadania da União. É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. A cidadania da União é complementar da cidadania nacional e não a substitui."

Europeu e ao Provedor de Justiça, direitos dos consumidores, e direito de voto e de elegibilidade para eleições autárquicas e europeias).⁷⁸

As AJD sobre energia e alterações climáticas, à semelhança da maioria das demais Aulas temáticas, contêm uma introdução sobre o desenvolvimento histórico e geográfico da União Europeia. Seguem-se informações relativas aos princípios, objetivos, programas e organismos das políticas ambientais e energéticas da UE e ao papel da UE no combate às alterações climáticas. No final da apresentação é realizado um *quizz* aos formandos no sentido de rever as informações fornecidas durante a aula e testar os seus conhecimentos.

Nas Aulas Jacques Delors sobre o Tratado de Lisboa, mais direcionadas para os alunos do ensino secundário e profissional, após a habitual introdução sobre o processo de construção europeia, segue-se uma enumeração e breve explicação de cada um dos principais Tratados Europeus. De seguida é apresentado o Tratado de Lisboa e justificada a necessidade deste novo tratado, seguindo-se uma exposição das principais decisões do Tratado, nomeadamente questões de eficácia, responsabilização democrática, transparência, representação externa, segurança e novas políticas. A sessão termina com elementos informativos relativos à ratificação e entrada em vigor do Tratado, bem como o frequente espaço livre de perguntas, respostas e comentários.

Quanto às Aulas sobre a estratégia Europa 2020,⁷⁹ igualmente direcionadas para os alunos do ensino secundário e profissional, contemplam uma introdução sobre a precedente Estratégia (conhecida como Estratégia de Lisboa) e os resultados da sua implementação, seguida de uma visão global dos problemas da atualidade europeia (crise económica, desemprego, investimento em investigação e desenvolvimento insuficiente, alterações climáticas, pobreza e envelhecimento da população). Após esta introdução, segue-se a apresentação e explicação da proposta da Comissão Europeia

⁷⁸ No Anexo D pode consultar-se a apresentação base utilizada nas AJD sobre cidadania europeia.

⁷⁹ A estratégia Europa 2020 é a estratégia europeia em vigor para os próximos 10 anos. Centrada no presente e futuro da União, esta estratégia visa um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, e lança um conjunto de ferramentas para sair da crise. Disponível no sítio da Comissão Europeia: http://ec.europa.eu/europe2020/index_en.htm.

de desenvolvimento de uma nova estratégia de recuperação sustentável (Europa 2020), e dos respetivos objetivos, medidas e iniciativas.

Por último, as AJD sobre o Ano Europeu do Voluntariado e da Cidadania Ativa (2011)⁸⁰ revelaram-se de particular interesse para nós e para o presente relatório não apenas pelo assunto sobre o qual incidem mas também pelo conteúdo pedagógico das mesmas ter sido desenvolvido por nós, em colaboração com a Dra. Elvira Ventura da UFAPP, sempre sob estreita monitorização da Coordenadora da mesma Unidade, Mestre Filomena António. Estas Aulas contemplam uma breve explicação dos principais marcos históricos e alargamentos geográficos do processo de construção europeia, à medida que se vão introduzindo os conceitos de cidadania europeia e de voluntariado, bem como a respetiva implementação. No seguimento são apresentados brevemente os principais direitos que decorrem do estatuto de cidadão europeu e algumas das ações da União Europeia para se aproximar dos seus cidadãos, nomeadamente no âmbito do Ano Europeu do Voluntariado e da Cidadania Ativa e da estratégia Europa 2020. No final de cada aula, fornecemos aos formandos informação adicional sobre programas de voluntariado no âmbito da União Europeia, nomeadamente sobre o Serviço Voluntário Europeu e sobre as iniciativas desenvolvidas no âmbito do Ano Europeu.

No final de cada sessão, independentemente da temática da AJD em causa, fica aberto um espaço de dúvidas, questões e comentários e são ainda providenciadas à audiência, de acordo com cada temática, uma lista de fontes de informação europeia *online* assim como algumas brochuras da autoria da Comissão Europeia e do próprio CIEJD relacionadas com tratados, políticas, instituições e iniciativas da União Europeia. Mais de 90% das AJD ministradas por nós teve lugar nas instalações do CIEJD, cuja sala de formação comporta, por norma, até 35 participantes (embora tenha havido exceções com um limite máximo de 50 alunos). Contudo, em algumas ocasiões extraordinárias tivemos a oportunidade de ministrar Aulas descentralizadas, na área da grande Lisboa, que se revelaram experiências diferentes tanto no que diz respeito

⁸⁰ Vide Anexo E.

ao ambiente, como no que diz respeito à quantidade de alunos, consideravelmente mais elevada, cerca de 180 alunos, e deveras enriquecedoras.⁸¹

Durante o período de estágio que decorreu em 2011 (entre janeiro e junho) foi lecionado um total de 110 Aulas Jacques Delors nas instalações do CIEJD por nós e por uma colega em circunstâncias análogas (individualmente), sob monitorização das técnicas da UFAPP. Estas Aulas abrangeram, no total, aproximadamente 3047 alunos e contaram com a presença de cerca de 206 professores. Os gráficos que se seguem (1 e 2) ilustram a distribuição mensal das aulas e das pessoas atingidas:

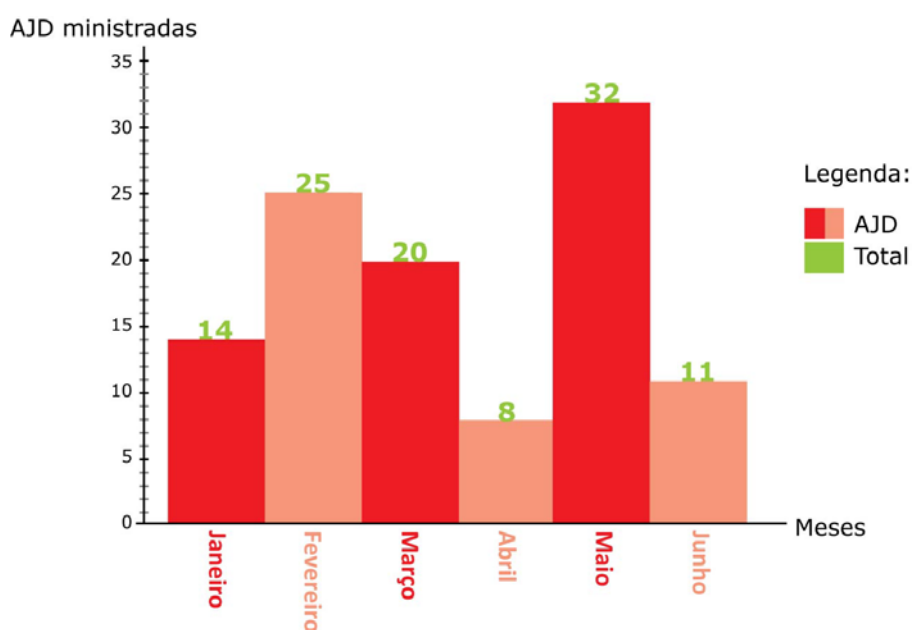


Gráfico 1 - Distribuição mensal das Aulas Jacques Delors ministradas em 2011

⁸¹ Aula ministrada no dia 3 de maio, de 2011, pelas 10h30, na Escola Básica de S. Bruno, em Caxias. A aula, por nós ministrada para alunos do ensino básico, teve uma duração de 2 horas e centrou-se na criação e desenvolvimento da UE abrangendo as políticas comunitárias, bem como a temática Cidadania Europeia.

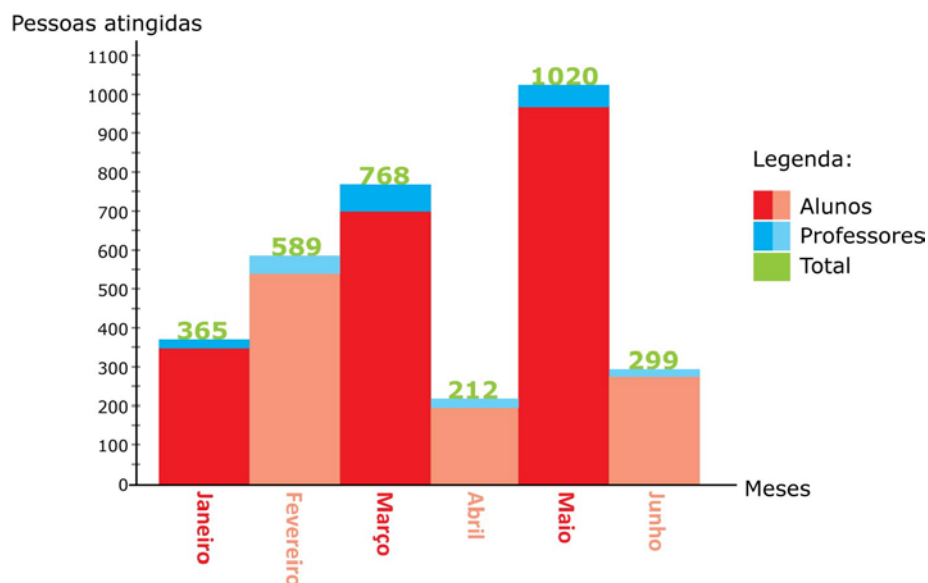


Gráfico 2 - Distribuição mensal de pessoas atingidas pelas AJD ministradas em 2011

O gráfico que se segue (3) ilustra a proveniência geográfica dos alunos que assistiram às AJD ministradas nas instalações do CIEJD (em Lisboa) por região NUTS II. A região de Lisboa e Vale do Tejo destaca-se claramente das demais, uma vez que é nesta região que se encontram as instalações do CIEJD, seguida das regiões Centro e Norte, que souberam tirar partido da existência da Rede Jacques Delors de formadores, cuja função era, até ao término do período de estágio, dinamizar sessões (AJD e SID) de forma descentralizada, por todo o país, incluindo o continente e as regiões autónomas.

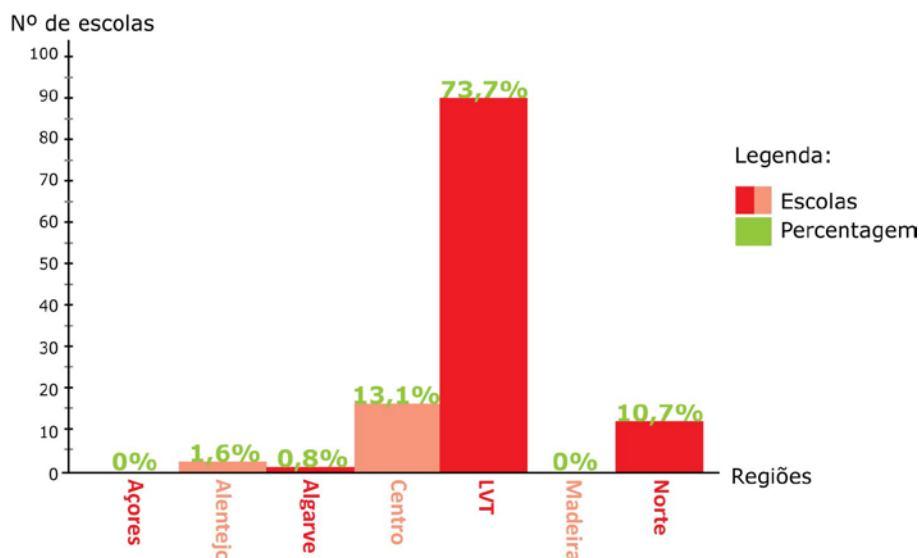


Gráfico 3 - Proveniência regional dos alunos (por escola) que assistiram às AJD em 2011

III.2 - As percepções dos cidadãos mais jovens

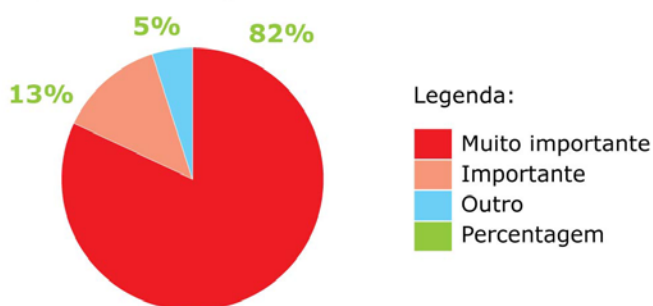
O presente subcapítulo concerne as percepções dos jovens relativamente às AJD e aos conteúdos apreendidos.

Ao longo do período de estágio, no qual assumimos o papel de formadora no âmbito das Aulas Jacques Delors a um ritmo quase diário, houve a oportunidade de observar de perto as reações e percepções dos cidadãos mais jovens sobre a União Europeia e sobre a sua própria condição de cidadãos europeus. Neste sentido, uma das reações mais frequentes revelou-se a ampla participação, sobretudo dos formandos mais jovens (ensino básico), no debate do final de cada Aula, no qual lhes é dada a oportunidade de colocar questões e tecer comentários construtivos sobre o assunto ministrado e sobre o seu próprio papel enquanto cidadãos. De igual modo se revelou frequente a deslocação de pequenos grupos de formandos, sobretudo do ensino secundário e profissional, junto de nós, após a sessão ter sido dada como finda, no

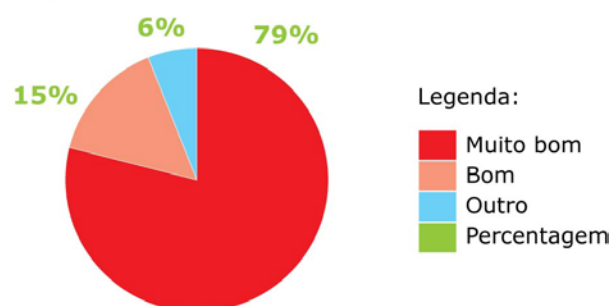
sentido de obtenção de informação adicional, principalmente relacionada com formação, emprego e programas de voluntariado no âmbito da União Europeia.

Tal como os alunos, também os professores, no final de cada sessão, solicitavam informação e literatura adicional para divulgação junto dos respetivos discentes, bem como para contribuírem de forma construtiva através do preenchimento de um breve inquérito⁸² de opinião sobre a sessão ministrada, distribuído por nós aos próprios professores no fim de cada Aula Jacques Delors. Estes inquéritos contribuíram para o enriquecimento das AJD, ao providenciarem uma fonte de avaliação da qualidade e eficiência das mesmas; através da identificação das necessidades dos alunos visados, de forma a acompanhar e a complementar de forma adequada, os conteúdos dos *curricula* nacionais; e através da sugestão de inclusão de elementos explicativos adicionais. Os resultados destes inquéritos⁸³ foram-se relevando abertamente positivos, conforme se pode verificar nos gráficos que se seguem:

Importância deste tipo de iniciativas:



Reação dos alunos e interatividade com o formador:



Gráficos 4 e 5 - Parâmetros mensuráveis mais importantes dos inquéritos realizados

No que diz respeito à importância das AJD, 82% dos responsáveis inquiridos considerou-as iniciativas muito importantes e 13% considerou-as importantes, sendo que a maioria dos inquiridos apresentou como justificações para as avaliações

⁸² Vide anexo F

⁸³ Os resultados apresentados referem-se exclusivamente aos inquéritos recolhidos durante as AJD ministradas no período de nove meses correspondente ao estágio realizado. Vide exemplar no Anexo F.

positivas elementos como o facto de as sessões contribuírem para uma maior aproximação à realidade europeia, bem como a consolidação dos conhecimentos dos alunos visados. De entre os parâmetros avaliados, destaca-se ainda a reação dos alunos e a interatividade entre estes e os técnicos / formadores, tendo 79% dos inquiridos considerado estes parâmetros muito bons e 15% bons, realçando frequentemente a opinião de que os formadores (e o próprio formato das aulas) motivavam a participação dos alunos. Quanto à metodologia utilizada nas AJD, a maioria dos inquiridos mostrou uma opinião bastante positiva, destacando frequentemente a simplicidade, acessibilidade, adequação e dinamismo das sessões. Por último, solicitava-se aos responsáveis sondados que indicassem os aspetos que poderiam ou deveriam ser melhorados, bem como que sugerissem outras possíveis temáticas da UE a abordar nas AJD. Embora muitos dos inquiridos não apresentassem sugestões, quando o faziam as respostas obtidas revelaram-se de grande importância e pertinência para a melhoria do conteúdo, formato e ministração das AJD. De entre as sugestões apresentadas destacam-se pedidos de esclarecimento sobre programas de mobilidade juvenil, bem como sobre o futuro da UE e, em concreto, de Portugal no contexto europeu.

Durante o período de estágio era igualmente frequente os professores solicitarem as próprias apresentações de PowerPoint de cada Aula ministrada - disponíveis para descarga gratuita no sítio da biblioteca InfoEuropa -,⁸⁴ no sentido de acrescentarem elementos destas às suas próprias aulas com outros alunos e, assim, completar e enriquecer a dimensão europeia no programa curricular que lhes cabe lecionar.

Durante e após as sessões ministradas era extremamente raro um grupo de alunos não interagir, de todo, connosco, uma vez que as próprias Aulas estão desenhadas para fomentar a interação e suscitar questões e comentários. Os grupos que se revelavam mais participativos eram, por norma, os grupos oriundos do ensino básico. Para estes alunos em particular, a sessão terminava, com bastante frequência, com o jogo EuroElo - um jogo no qual são testados, de forma lúdica, os conhecimentos

⁸⁴ Vide https://infoeuropa.euroid.pt/opac/?func=file&file_name=mainpage.

dos alunos em matéria europeia, recorrendo a perguntas de escolha múltipla, cabendo a cada aluno responder a uma questão (visto tratar-se de uma versão mais breve do jogo).⁸⁵ Esta atividade revelou-se sempre muito profícua, uma vez que os alunos mostravam a tendência, após cada jogo, de consultar avidamente a literatura sobre a União Europeia fornecida por nós e de nos colocar questões adicionais.

Tanto os alunos do 3º ciclo do ensino básico como os alunos do ensino secundário e profissional mostraram sempre, ao longo do período em que assumimos o papel de formadora, uma resposta muito positiva ao modelo de Aula e aos respetivos conteúdos. Na realidade, a procura das AJD por parte dos professores e dos alunos frequentadores destes níveis de ensino, particularmente do ensino secundário, foi consideravelmente mais elevada do que os demais níveis, durante o período de estágio, eventualmente, devido à perceção que estes já têm sobre o seu papel como cidadãos nacionais e europeus, face aos mais jovens. O gráfico que se segue (4) ilustra as diferenças entre os vários níveis de ensino dos alunos visados pelas AJD:

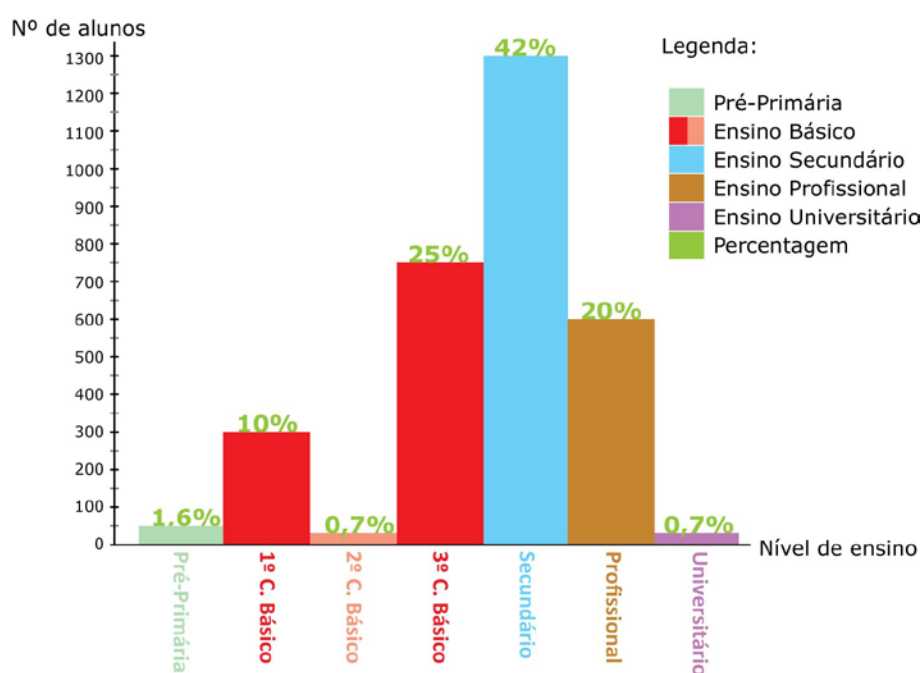


Gráfico 6 - Variação dos níveis escolares dos alunos que assistiram a AJD em 2011

⁸⁵ Informações adicionais sobre o jogo EuroElo disponíveis em:
http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=5734&p_est_id=12093.

Adicionalmente, independentemente da faixa etária / nível de escolaridade, verificou-se que os professores e alunos tendiam a demonstrar maior interesse pelas Aulas genéricas e pelas Aulas sobre cidadania europeia, de entre as demais temáticas, conforme se ilustra no gráfico 5:

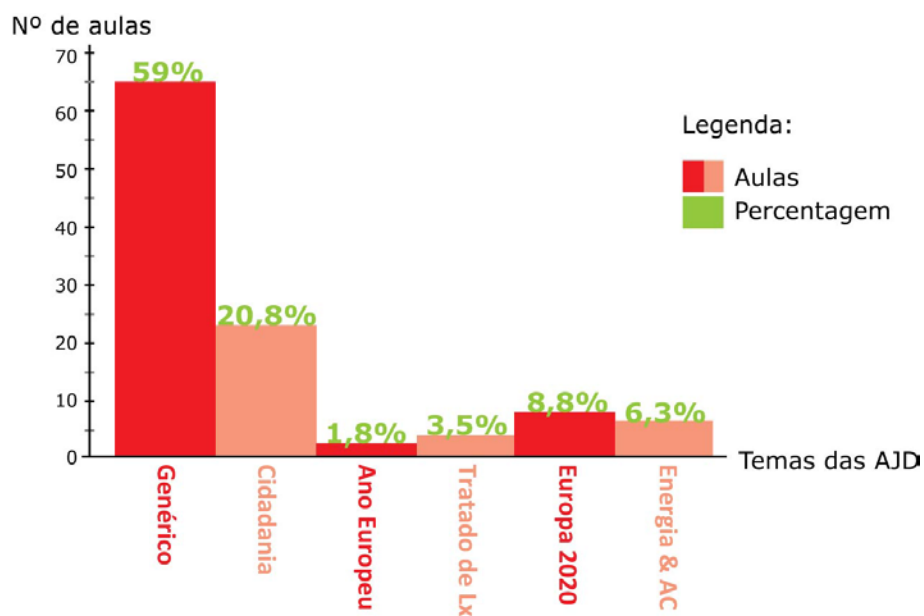


Gráfico 7 - Variação temática das AJD ministradas em 2011

CONCLUSÃO

O presente capítulo conclusivo visa fornecer uma resposta à questão de investigação, através da elaboração de um balanço do estágio em termos de trabalho desenvolvido e de resultados práticos, nomeadamente no que toca à consciencialização do público relativamente ao conceito de cidadania ativa no âmbito das AJD, culminando com algumas recomendações práticas.

O objetivo do presente relatório era documentar um estágio profissional com a duração de 800 horas, decorrido no período entre 20 de setembro de 2010 e 20 de junho de 2011, na Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos do CIEJD, no âmbito da conclusão do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização em Estudos Europeus, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A principal questão orientadora que regeu o trabalho desenvolvido ao longo do estágio e do respetivo relatório foi a seguinte: *Até que ponto é que o modelo das Aulas Jacques Delors, enquanto instrumento de informação e comunicação entre a UE e os jovens cidadãos portugueses, é eficaz face às múltiplas abordagens de natureza educativa disponibilizadas pela UE para o fim de consciencializar os seus cidadãos?*

Em termos estruturais, o relatório começou por expor a problemática a estudar, seguindo-se um enquadramento geral do estágio no nosso mestrado e percurso académico; um enquadramento teórico sobre o papel da União Europeia na divulgação do conceito de cidadania europeia ativa através de programas de foro educativo, contendo uma definição deste conceito e justificação da respetiva importância; seguido de uma apresentação da metodologia utilizada em cada fase do trabalho desenvolvido. Os capítulos centrais tinham como objetivos, respetivamente, fornecer informações relativas à instituição e à unidade de acolhimento, à realização do estágio em si e às atividades por nós desenvolvidas, bem como à interação com os cidadãos mais jovens no âmbito das AJD.

Uma das principais correntes de pensamento no âmbito do debate académico sobre a legitimidade da União Europeia, de resto apresentada em múltiplas ocasiões ao longo do presente relatório, defende que a UE sofre de um défice democrático e que precisa de ser politizada para se tornar legítima. Não obstante, as várias abordagens ao problema do défice de legitimidade da UE acabam por passar por alterações estruturais apenas atingíveis através de alterações aos tratados vigentes. Contudo, existem alternativas que permitem um acréscimo substantivo da legitimidade democrática da UE sem passar, estritamente, por alterações aos tratados, nomeadamente através de instrumentos complementares de foro educativo.

No panorama nacional Português, um dos principais elementos de fomentação e incrementação dos níveis de conhecimento sobre a UE, as suas instituições, práticas e políticas direcionadas aos cidadãos de língua portuguesa, é, indubitavelmente, o CIEJD, quer na qualidade de parte integrante da Direção-Geral dos Assuntos Europeus – Ministério dos Negócios Estrangeiros, quer na qualidade de Organismo Intermediário na parceria de gestão entre o Estado Português e a Comissão Europeia. Importa referir que esta parceria contribui para a coordenação das atividades informativas e de comunicação relacionadas com a União Europeia entre o CIEJD, a Representação da Comissão Europeia em Portugal e o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal. O CIEJD representa um valor incomensurável no contexto da sobriedade e insuficiência que caracteriza a paisagem educativa nacional no que diz respeito à divulgação de informação sobre a UE. É no âmbito da sua atuação que surge um dos instrumentos educacionais e formativos, com uma abordagem europeia, mais relevantes para o nosso país: as Aulas Jacques Delors. Neste sentido, a questão de investigação que guiou o nosso trabalho é a seguinte: *Até que ponto é que o modelo das Aulas Jacques Delors, enquanto instrumento de informação e comunicação entre a UE e os jovens cidadãos portugueses, é eficaz face às múltiplas abordagens de natureza educativa disponibilizadas pela UE para o fim de consciencializar os seus cidadãos?* A resposta a esta questão, tal como esperado num trabalho de índole simultaneamente académica e profissional, não é nem simples, nem linear. A conclusão geral a que chegámos, no curso da nossa prática e investigação, é de que o

modelo das AJD é particularmente eficaz no panorama educativo e formativo português, face a outras abordagens e instrumentos disponibilizados pela UE.

As AJD do CIEJD podem enquadrar-se numa panóplia bastante variada de instrumentos disponibilizados, no sentido de procurar colmatar uma lacuna existente na comunicação entre a arquitetura institucional da UE e os cidadãos que a legitimam. Um dos elementos mais apelativos das AJD é a componente de imediatismo inerente às AJD, isto é, os tempos de espera brevíssimos para cada marcação e respostas à medida para cada situação e para cada grupo. Neste sentido, ao providenciarem serviços *in loco*, tanto as AJD centralizadas como as descentralizadas representam um produto com um rácio de custo-eficiência bastante mais económico para a Comissão Europeia do que outros programas europeus, que pressupõem a deslocação de grupos consideráveis de alunos.

As AJD representam um instrumento eficaz no seu propósito basilar (de informar os jovens acerca da UE), eficiente e a custos consideravelmente mais reduzidos⁸⁶ (tanto para o Estado-Membro, como para a Comissão Europeia) do que outros programas educacionais europeus. Uma vez que para os próprios grupos de alunos e professores visados são inteiramente gratuitas, as AJD resultam numa mais-valia considerável, sobretudo num contexto como o atual, de crise económica acentuada. A ausência de custos para as escolas, juntamente com a possibilidade de deslocação de técnicos formadores qualificados às instalações das próprias escolas, representa, de resto, um fator extremamente apelativo para as mesmas.

Segundo Vitória Cardona, "(...) os indicadores disponíveis quanto às práticas educativas na escola (...) indiciam que os professores, embora anuindo quanto à necessidade de integrar a promoção da cidadania europeia nas suas práticas educativas, reconhecem, no entanto, que a realidade se encontra ainda francamente distante deste cenário."⁸⁷ Neste sentido, a eficácia das AJD reside ainda no fator de complementaridade que estas representam face aos *curricula* nacionais, ainda

⁸⁶ De salientar que as aulas são sempre gratuitas para os seus destinatários. As AJD realizadas nas instalações do CIEJD decorrem dos custos de funcionamento do próprio CIEJD; nas AJD descentralizadas o CIEJD suporta os custos com os formadores externos (Rede Jacques Delors).

⁸⁷ Cardona (2007), p.152.

desprovidos, em grande parte, de uma dimensão europeia suficientemente desenvolvida.

Os resultados práticos da ministração das aulas, verificados em primeira mão, são um incremento substancial não só das bases de conhecimento sobre a realidade europeia, como um acréscimo na vontade de participação e de aprofundamento do conhecimento. Em última análise, considera-se que as AJD são particularmente eficazes no âmbito do território português, em comparação com outros instrumentos disponibilizados pela UE, no sentido de terem custos baixos, níveis de eficácia elevados⁸⁸ e uma ampla procura.

Após o término do nosso período de estágio, as AJD descentralizadas cessaram, por tempo indeterminado, putativamente por motivos burocráticos apresentados pelo Governo Português sob forma da portaria nº 4–A/2011⁸⁹ e económicos, em virtude da contenção orçamental a que toda a Administração Pública está sujeita. Pouco tempo depois, as próprias AJD que decorriam nas instalações do CIEJD foram extintas, devido à ausência de formadores em quantidade suficiente para suportar as mesmas.⁹⁰ Mais recentemente, tendo sido o Centro sujeito a uma mudança de instalações⁹¹ para um espaço menos central e menos convidativo ao público, o que poderá, igualmente, levantar obstáculos à realização desta atividade pela instituição. Dada a relevância deste modelo de Aula, cuja extinção, sobretudo no âmbito das AJD descentralizadas, foi amplamente lamentada por docentes de todo o país,⁹² sugere-se uma possível

⁸⁸ O nível de eficácia, de um modo geral, foi sendo apurado através dos inquéritos distribuídos aos responsáveis e docentes que acompanhavam os grupos de alunos, bem como através de conversas informais com os alunos visados pelas AJD, após a ministração das mesmas, e pelos docentes que os acompanhavam.

⁸⁹ A referida portaria impôs novas normas de regulamentação com novos e pesados procedimentos para a administração central do Estado relativas à aquisição de serviços, nomeadamente no âmbito da atividade formativa o que, conseqüentemente, limitou as atividades formativas do CIEJD. Disponível para consulta em: <http://www.base.gov.pt/legislacao/Legislacao/portaria4-a.pdf>.

⁹⁰ NB - o estágio descrito no presente relatório não foi remunerado, de acordo com o acordado entre as partes, e decorreu num período de tempo em que ainda eram permitidos pelo Governo Português estágios não remunerados. A obrigatoriedade de pagamento aos estagiários levou a que o CIEJD deixasse de ter condições para acolher recém-licenciados e, conseqüentemente, deixasse de ter condições para ministrar as AJD.

⁹¹ Esta mudança deveu-se à reestruturação nos organismos públicos em curso, no sentido de economizar recursos Estatais.

⁹² Em particular por docentes de regiões mais isoladas, onde o acesso à informação e a disponibilidade financeira para possíveis deslocações é mais limitada.

negociação para a revisão da alocação de fundos atribuídos ao CIEJD, ou incremento dos mesmos, para que o CIEJD possa dar continuidade às mesmas.

Adicionalmente, propõe-se que o Programa Operacional de Potencial Humano (POPH), que tem como objectivo promover o conhecimento científico e superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa, possa alargar o seu âmbito de ação abrangendo mais instituições, no sentido de permitir que entidades como o CIEJD possam concorrer a programas de financiamento das áreas da formação e educação de modo a poder financiar as AJD, bem como outras ações de formação relevantes.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- BALDAIA, Paulo, *Em defesa de Cavaco*, DN online, opinião, 22 de Janeiro de 2012, disponível em:
http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=2256213&seccao=Paulo%20Baldaia&tag=Opini%C3%A3o%20-%20Em%20Foco [consultado a 22 de janeiro de 2012].
- BARTOLINI, Stefano, "Taking 'Constitutionalism' and 'Legitimacy' Seriously", European Governance Papers, Discussion Paper 1, 2008. Disponível em:
<http://www.ihs.ac.at/publications/lib/ep25.pdf> [consultado a 4 de janeiro de 2012].
- CARDONA, Vitória, *Educar para a Cidadania Europeia: Realidade, Desafio ou Utopia?*, Prémio Jacques Delors de 2006, 1.ª ed., Estoril: Príncípa Editora, 2007.
- COMISSÃO EUROPEIA, *A Comissão Europeia propõe que 2013 seja o Ano Europeu dos Cidadãos*, Comunicado de Imprensa, 2012. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0417:FIN:PT:PDF>.
- COMISSÃO EUROPEIA, *Comunicação da Comissão ao Conselho relativa às políticas europeias em matéria de participação e informação da juventude* [COM(2006)417 final], Bruxelas 20 de julho de 2006, disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0417:FIN:PT:PDF>.
- COMISSÃO EUROPEIA, *Flash Eurobarometer No 189a – EU Communication and the citizens, General Public Survey*, setembro de 2006, disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_189a_en.pdf [consultado a 1 de agosto de 2012].
- COMISSÃO EUROPEIA, *Guia da Iniciativa de Cidadania Europeia*, Serviço de Publicações, Luxemburgo, 2012.
- COMISSÃO EUROPEIA, *Livro Branco da Comissão Europeia: Um Novo Impulso à Juventude Europeia* [COM(2001) 681 final], Bruxelas, 21 de novembro de 2001, disponível em:
http://ec.europa.eu/youth/documents/publications/whitepaper_pt.pdf
[Consultado a 20 de fevereiro de 2012].

COMISSÃO EUROPEIA, *Proposta de Regulamento do Conselho que institui o Programa «Europa para os Cidadãos» para o período de 2014-2020* [COM(2011) 884 final], Bruxelas, 14 de dezembro de 2011, disponível em: [http://eur-](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0884:FIN:PT:PDF)

[lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0884:FIN:PT:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0884:FIN:PT:PDF)

[Consultado a 23 de fevereiro de 2012]

COMISSÃO EUROPEIA, *Relatório sobre a avaliação intercalar do Programa «Europa para os Cidadãos»* [2007-201.1 COM (2011) 83 final], Bruxelas, 2011.

CONSELHO DA UE, *Conclusões do Conselho sobre o papel do ensino e da formação na implementação da Estratégia Europa 2020*, 4 de março de 2011, disponível em

[http://eur-](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2011:070:0001:0003:PT:PDF)

[lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2011:070:0001:0003:PT:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2011:070:0001:0003:PT:PDF)

[consultado em 26 de fevereiro de 2012].

CONSELHO DA UE, *Programa de trabalho pormenorizado sobre o seguimento dos objetivos dos sistemas de Educação e de Formação na Europa*, de 14 de junho de 2002, disponível em [http://www.gepe.min-](http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=255&fileName=PROG_TRAB2010_JOCE.pdf)

[edu.pt/np4/?newsId=255&fileName=PROG_TRAB2010_JOCE.pdf](http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=255&fileName=PROG_TRAB2010_JOCE.pdf) [consultado a 25

de fevereiro de 2012].

CONSELHO EUROPEU, *Declaração dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros da União Europeia sobre a Ratificação do Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa* [D/05/3], Bruxelas, 18 de junho de 2005, disponível em:

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=DOC/05/3&format=HT>

[ML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en](http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=DOC/05/3&format=HTML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en) [Consultado a 23 de fevereiro de 2012]

DECKER, Frank e Jared Sonnicksen, "An Alternative Approach to European Union Democratization: Re-Examining the Direct Election of the Commission President", *Government and Opposition*, 46(2), 2011, pp. 168 - 191.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Centro de Informação Jacques Delors, Agrupamento Europeu de Interesse Económico*, III Série, Nº 21, 25 de janeiro de 1995, disponível em:

<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/web/documentos/ciejd/historia/000021627.pdf>

[consultado a 22 de julho de 2012].

EUROSTAT, *European demography*, disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

[consultado a 28 de julho de 2011].

- FØLLESDAL, Andrew e Simon Hix, "*Why There is a Democratic Deficit in the EU: A Response to Majone and Moravcsik*", *Journal of Common Market Studies*, 44(3), 2005, pp. 533 - 562. Disponível em:
http://personal.lse.ac.uk/hix/Working_Papers/Follesdal-Hix-JCMS-2006.pdf
[consultado a 7 de janeiro de 2012].
- MAZEY, Sonia, "*The development of the European Idea – From Sectorial Integration to Political Union*", in *European Union: power and policy-making*, Jeremy J. Richardson (ed.), Routledge, Londres, 1996, p. 25.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRAGEIROS, *Decreto de lei*, Diário da República, 1ª série, nº 103, 29 de Maio de 2007, disponível em:
<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/web/documentos/ciejd/historia/000039773.pdf>
[Consultado a 23 de abril de 2012].
- PARLAMENTO EUROPEU, CONSELHO DA UE, *Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a iniciativa de cidadania* [(UE) n. O 211/2011], 16 de fevereiro de 2011, disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:065:0001:0022:PT:PDF>
[Consultado a 21 de janeiro de 2012].
- PORTO, Manuel Lopes, *Tratado de Lisboa, anotado e comentado*, Almedina, Coimbra, 2012.
- SOARES, Andreia Mendes, "*O sentido do debate sobre o futuro da União Europeia*", *Estratégia*, 18-19, 2003, pp. 159-183. Disponível em
http://www.ieei.pt/files/Sentido_debate_sobre_futuro_UE_Andreia_Soares.pdf
[consultado a 20 de janeiro de 2012].

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Palacete do Relógio, Cais do Sodré, página 8.

Fonte - <http://alexandremarquespereira.blogspot.com/2010/11/reabilitacao-do-palacete-do-relogiocais.html>, [consultado a 7 de Dezembro de 2011].

Figura 2 - Sala de formação do CIEJD, página 20.

Fonte -

https://infoeuropa.eurocid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000045714&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA, [consultado a 20 de Novembro de 2011].

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição mensal das Aulas Jacques Delors ministradas em 2011, página 38.

Gráfico 2 - Distribuição mensal de pessoas atingidas pelas AJD ministradas em 2011, página 38.

Gráfico 3 - Proveniência regional dos alunos (por escola) que assistiram às AJD ministradas em 2011, página 39.

Gráficos 4 e 5 - Parâmetros mensuráveis mais importantes dos inquéritos realizados, página 40.

Gráfico 6 - Variação dos níveis escolares dos alunos que assistiram a AJD em 2011, página 46.

Gráfico 7 - Variação temática das AJD ministradas em 2011, página 47.

LISTA DE ANEXOS

- ANEXO A. Cronograma do trabalho desenvolvido no estágio
- ANEXO B. Conteúdos da Agenda Europa elaborados pela estagiária
- ANEXO C. Apresentação de sessões sobre fontes de informação da UE ministradas pela estagiária na Universidade Nova de Lisboa
- ANEXO D. Apresentação da AJD sobre Cidadania Europeia
- ANEXO E. Apresentação da AJD sobre o Ano Europeu do Voluntariado e da Cidadania Ativa
- ANEXO F. Exemplar de inquérito às AJD ministradas nas instalações do CIEJD

ANEXO A.

CRONOGRAMA DO TRABALHO DESENVOLVIDO AO LONGO DO ESTÁGIO PROFISSIONAL
NO CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA JACQUES DELORS E DA ELABORAÇÃO DO
RELATÓRIO RELATIVO AO MESMO

ANEXO B.

CONTEÚDOS DA *AGENDA EUROPA* ELABORADOS PELA ESTAGIÁRIA

Aprender a Europa com o Centro de Informação Europeia Jacques Delors

O CIEJD tem à tua disposição uma Biblioteca (<https://infoeuropa.euroid.pt>) com mais de 45.000 referências, sobre assuntos europeus, que podes consultar presencialmente, ou aceder *on-line* aos conteúdos em formato digital.

Entre os temas em foco nas actividades do CIEJD destacamos *Os Cidadãos e a UE, A Nova Estratégia Europa 2020 e Recuperação Económica e Inclusão Social*. Queres saber mais sobre estes assuntos? Pede a um professor que organize uma sessão, na tua escola ou no CIEJD, através do *E-mail*: formacao@ciejd.pt. Aproveita ainda para navegares no *site* do Centro e vê todos os materiais desenvolvidos para te ajudar na compreensão destas temáticas, nomeadamente no canal *Aprender Europa*.

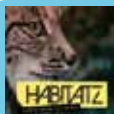


Alterações Climáticas, Biodiversidade

As questões ambientais e a biodiversidade continuam a estar no centro das preocupações da União Europeia, assim o CIEJD desenvolveu um dossier temático que pode ajudar-te na compreensão destas matérias. Procura-o no nosso *site* (<http://dossiers.euroid.pt/energiaclima>):



Jogos/ Conteúdos pedagógicos



Para acederes a vários conteúdos desenvolvidos sobre esta temática, basta visitares o *site*:
www.biodiversidadeemlimites.com

Concepção: Mundo Gobius
Iniciativa: Comissão Europeia



Embarca numa viagem de barco e para que tudo corra bem tens que encher, com garrafas que enches do rio, um tanque com água potável...

Concepção: ISQ e-Learning/LearnAbout
Iniciativa: Comissão Europeia



Descobre se fazes uma gestão inteligente dos transportes. Experimenta conduzir o teu automóvel na Eco-Cidade e tenta cumprir todos os desafios ecológicos.

Concepção: ISQ e-Learning/LearnAbout
Iniciativa: Comissão Europeia



Entra neste jogo e descobre como seria viver numa verdadeira Eco-Cidade, aprende novas técnicas, mais ecológicas, para pões em prática na tua cidade. Para acederes a estes jogos é só irres a:
www.europaecologica.eu

Concepção: ISQ e-Learning/LearnAbout
Iniciativa: Comissão Europeia

Os Cidadãos e a UE

A União Europeia está cada vez mais atenta às necessidades dos seus cidadãos. Sabias que 2011 é o Ano Europeu do Voluntariado? Participa e torna-te um cidadão europeu mais activo.



Ano Europeu do Voluntariado 2011



Se tens interesse por estas questões,

organiza com um Professor uma visita ao CIEJD e participa numa sessão sobre o Ano Europeu do Voluntariado, ou sobre Cidadania Europeia. Envia um E-mail para : formacao@ciejd.pt



Nova Estratégia Europa 2020 e a Recuperação Económica

A Europa tem uma nova estratégia para os próximos 10 anos que se baseia num crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, a *Nova Estratégia Europa 2020*. Uma das grandes prioridades desta estratégia é a *Recuperação Económica*. Para saberes mais sobre estes temas, o CIEJD desenvolveu um dossier com conteúdos pedagógicos que podes explorar no nosso site (<http://dossiers.eurocid.pt/economia>).



Portugal 25 Anos Depois

Para comemorar a adesão de Portugal às Comunidades Europeias o CIEJD promoveu a publicação de uma edição em banda desenhada onde podes descobrir quando e onde foi assinado o Tratado de Adesão e quais as mudanças ocorridas nos últimos 25 anos. Procura-a no nosso site: www.eurocid.pt (<https://infoeuropa.eurocid.pt/registo/000046147/documento/0001/>)

Links úteis:

www.eurocid.pt

http://ec.europa.eu/portugal/comissao/index_pt.htm

www.parleurop.pt – www.eyvolunteering.eu

Contactos:

Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Palacete do Relógio – Cais do Sodré – 1200-450 Lisboa

Email: geral@ciejd.pt – URL: www.eurocid.pt

Tel. +351 211 225 000 Fax. +351 211 225 049

WWW

ANEXO C.

APRESENTAÇÃO EM *POWERPOINT* DE SESSÕES SOBRE FONTES DE INFORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA MINISTRADAS PELA ESTAGIÁRIA NO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

UNIÃO EUROPEIA

*Fontes de informação europeia
em linha relevantes*

Estrutura da Apresentação

[Portal europa.eu](http://portal.europa.eu)

[Instituições Europeias](#)

[Agências europeias](#)

[Órgãos interinstitucionais](#)

[Portais Europeus](#)

[Bases de Dados Europeias](#)

[Universo Internet CIEJD](#)



O Portal Europa

Europa, o portal da União Europeia

<http://europa.eu>

- Acesso à informação europeia em linha
 - Instituições e órgãos
 - Integração europeia
 - Política de transparência
- Disponível nas [23 línguas oficiais](#) da UE
- Utilizadores:
 - Estudantes
 - Administrações públicas
 - Gabinetes de estudos

© CIEJD , 2011



O Portal Europa

- [Estrutura](#)
 - A UE
 - [Informações de base](#)
 - Políticas e Actividades
 - [Política regional](#)
 - Viver na UE
 - [Estudar na UE](#)
 - Participe!
 - [Acompanhe a UE no YouTube](#)
 - Documentação
 - [Perguntas frequentes sobre a pesquisa de publicações e documentos da UE](#)
 - Média
 - [Serviços de imprensa](#)



© CIEJD , 2011



Instituições e órgãos da UE

- Parlamento Europeu
<http://europarl.europa.eu>

- Gabinete em Portugal
<http://www.parleurop.pt>

© CIEJD , 2011



Instituições e órgãos da UE

- Conselho da União Europeia
<http://consilium.europa.eu/>
 - [Presidência](#)

- Conselho Europeu
<http://www.european-council.europa.eu/>

© CIEJD , 2011



Instituições e órgãos da UE

- Comissão Europeia
http://ec.europa.eu/index_pt.htm
 - [DG REGIO – Regional Policy \[en\]](#)



- Representação em Portugal
http://ec.europa.eu/portugal/comissao/index_pt.htm

© CIEJD , 2011



Instituições e órgãos da UE

- Tribunal de Justiça da União Europeia
<http://curia.europa.eu/>
- Tribunal de Contas Europeu <http://eca.europa.eu/>
- Comité Económico e Social Europeu
<http://www.eesc.europa.eu/>
- Comité das Regiões <http://cor.europa.eu/>
- Banco Central Europeu <http://www.ecb.eu/>
- Banco Europeu de Investimento
<http://www.eib.org>



© CIEJD , 2011



Agências europeias

- **Agências da União Europeia**
<http://europa.eu/agencies/>
 - Agências comunitárias (em PT)
 - [EMSA](#) – Agência Europeia de Segurança Marítima
 - [EMCDDA](#) – Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
 - Agências da Política Comum de Segurança e Defesa
 - Agências de cooperação policial e judiciária em matéria penal
 - Agências executivas
 - Agências EURATOM



© CIEJD , 2011



Órgãos interinstitucionais

- **Serviço das Publicações da União Europeia**
<http://publications.europa.eu/>
- Editora das instituições e órgãos UE
 - [Jornal Oficial da União Europeia](#)
- Produção e difusão
 - Meio
 - Suporte
- Transparência
- Aproximação ao cidadão

© CIEJD , 2011



Órgãos interinstitucionais

- **Eurostat [en]**

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

- Produção e publicação de estatísticas comparáveis
 - EM: recolha, controlo de qualidade e análise
 - Eurostat: consolidação e garantia de comparabilidade
- Informação sobre:
 - União Europeia
 - Estados-Membros
 - Zona do euro
 - Outros países
- Actualização diária



© CIEJD , 2011



Portais europeus

- **A vossa Europa**

<http://ec.europa.eu/youreurope>

- **EURES**

<http://ec.europa.eu/eures/>

- **PLOTEUS**

<http://ec.europa.eu/ploteus/>

- **Portal europeu da juventude**

<http://europa.eu/youth/>



© CIEJD , 2011



Bases de Dados Europeias

- **EurLex**

<http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>

- Acesso ao direito comunitário

- [Jornal Oficial UE](#)
 - Diplomas – [Pesquisa](#)
 - Colecções:
 - Tratados e acordos
 - Jurisprudência
 - [Legislação e actos preparatórios](#)
-

© CIEJD , 2011



Bases de Dados Europeias

- **PreLex**

<http://ec.europa.eu/prelex/apcnet.cfm?CL=pt>

- Acesso ao acompanhamento dos procedimentos interinstitucionais

- Acompanhamento de Propostas (processos legislativos e orçamentais, celebração de acordos internacionais)
 - Comunicações (da Comissão a partir da sua transmissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu)
-

© CIEJD , 2011



Bases de Dados Europeias

- **Eurobarómetro [en]**
http://ec.europa.eu/public_opinion/index_en.htm
- Opinião Pública
 - Opinião pública em temas como: Saúde, Euro, Ambiente, Alargamento, Cidadania europeia, Cultura, etc.
- Publicações-tipo:
 - EB – Standard
 - Relatórios semestrais, realizados através de entrevistas de rua
 - EB – Especial
 - Inquéritos temáticos
 - EB – Flash
 - Resultados rápidos aos serviços da Comissão Europeia
 - EB – Qualitativo
 - Estudos sobre o impacto das políticas na sociedade civil

© CIEJD , 2011



Bases de Dados Europeias

- **IATE (Inter-Active Terminology for Europe)**
<http://iate.europa.eu/>
- Base terminológica multilingue
- Tradução entre as línguas oficiais e latim
- Informação sobre:
 - Termo pesquisado, sinónimos
 - Organismo emissor
 - Notas explicativas

© CIEJD , 2011



Bases de Dados Europeias

- **ENA (European Navigator)** [de, en, es, fr, nl]
<http://www.ena.lu>
- Evolução histórica e institucional europeia desde 1945
- Responsabilidade: [CVCE](#)
- Multilingue
- Documentos em vários formatos (+5.000 multimédia)
- [Dossier especial: Portugal e a Construção Europeia](#)



© CIEJD , 2011



Universo Internet CIEJD



- Portal Eurocid – Informação europeia em língua portuguesa
www.eurocid.pt
 - [Newsletter](#)



- Biblioteca digital Infoeuropa – Biblioteca nacional de referência em assuntos europeus
<https://infoeuropa.eurocid.pt>
 - [Catálogo Apoios Financeiros](#)



- Facebook
<http://www.facebook.com/CentrodeInformacaoEuropeiaJacquesDelors>

ANEXO D.

APRESENTAÇÃO EM *POWERPOINT* DA AULA JACQUES DELORS SOBRE CIDADANIA EUROPEIA



2010
Ano Europeu
do Combate
à Pobreza
e à Exclusão Social

MNE|DGAE



Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Jacques Lucien Jean Delors



- **Nasceu em 1925**
- **Presidente da Comissão Europeia (1985 - 1994)**
- **Importante contributo no processo de Integração Europeia**

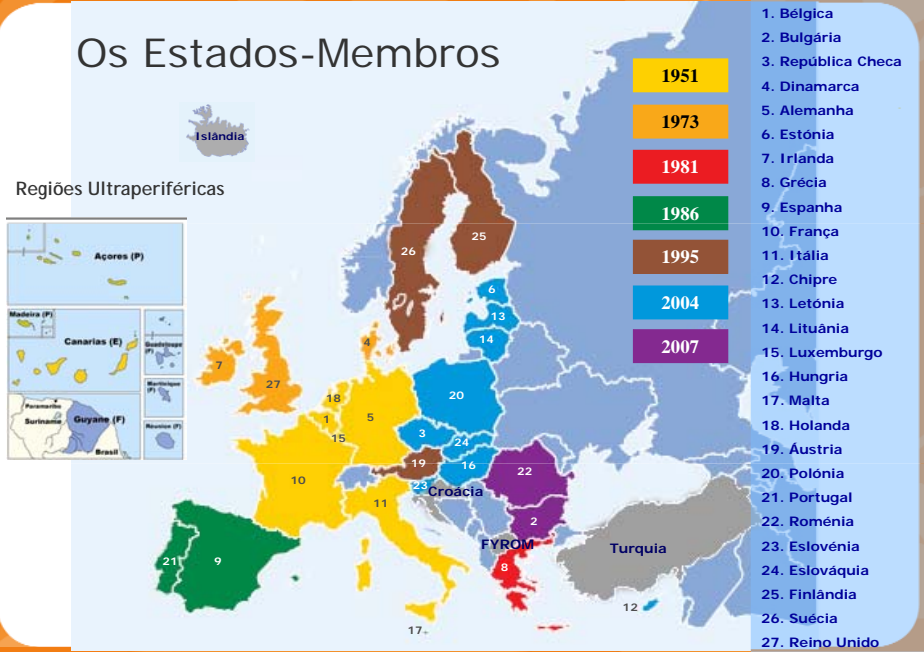
MNE|DGAE



O caminho da União Europeia



Os Estados-Membros



A Cidadania Europeia

- os Direitos dos Cidadãos

MNE|DGAE



Enquanto cidadão português posso circular livremente no espaço comunitário?

- Sim posso circular, mas não posso ficar no país mais de 3 meses
- Sim posso circular livremente em todo o espaço da União Europeia
- Só posso circular para outro país da União Europeia para gozar férias ou para exercer uma actividade profissional

MNE|DGAE



A livre circulação de pessoas



Os cidadãos da UE podem
Viver,
Trabalhar,
Estudar
e Viajar
em todo o espaço comunitário.

Restrições à liberdade de circulação: estes direitos só podem ser limitados por razões de *ordem, segurança e/ou saúde pública*.

Um cidadão de nacionalidade francesa pode candidatar-se à Câmara Municipal de Faro?

- Sim, se for filho de emigrantes portugueses
- Não
- Sim, desde que esteja recenseado no concelho de Faro

Pode um português residente em Itália candidatar-se ao Parlamento Europeu?

- Sim, desde que resida em Itália há mais de 10 anos
- Sim
- Não

A capacidade eleitoral



Num país terceiro, posso recorrer a uma representação diplomática de um outro Estado-Membro?

- Sim, desde que não exista representação diplomática portuguesa
- Não
- Sim, sempre que precisar de ajuda

Os Direitos dos Cidadãos da UE

 A Livre Circulação de Pessoas

 A Capacidade Eleitoral

 O Direito à Protecção Diplomática

 O Direito de Petição e Acesso ao Provedor de Justiça

 O Direito à Transparência

 A Protecção dos Dados

 O Direito dos Consumidores

Os Deveres dos Cidadãos da UE

**Assumir a
Identidade
Europeia**



**Aplicar na
prática os
valores
Europeus**

MNE|DGAE



Questões práticas



**A União Europeia está sempre presente nas
nossas vidas...**



Os brinquedos seguros têm esta marca

MNE|DGAE



Questões práticas



Nos automóveis as crianças têm de usar sempre cinto de segurança e cadeiras apropriadas, que para estarem de acordo com as regras de segurança têm de ter o símbolo



MNE|DGAE



Questões práticas



A bandeira azul assegura que as praias estão limpas, que a água é de boa qualidade e que no Verão têm nadadores-salvadores para garantirem a nossa segurança.



MNE|DGAE



Questões práticas



A UE preocupa-se com a qualidade do que bebemos e comemos. Quando abrimos a torneira, a água deve ser de boa qualidade para bebermos.



Questões práticas



Quando consumes um produto sabes todos os ingredientes que contém, porque é obrigatório que eles estejam escritos no rótulo.



Questões práticas



A UE trabalha também para que o Ambiente seja mais limpo e saudável. Os produtos que têm estes símbolos podem ser reciclados, reduzindo assim a quantidade de lixo produzida e preservando o Meio Ambiente.



MNE|DGAE



2010 - Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social



Juntos
na diversidade



www.europa.eu



www.eurocid.pt



www.aprendereuropa.pt

MNE|DGAE



ANEXO E.

APRESENTAÇÃO EM *POWERPOINT* DA AULA JACQUES DELORS SOBRE O ANO EUROPEU DO VOLUNTARIADO E DA CIDADANIA ATIVA, ELABORADA COM O APOIO DA ESTAGIÁRIA



Construindo uma Cidadania Europeia Activa

2011 Ano Europeu do Voluntariado



Abril de 2011



O Caminho da União Europeia



1951 - Tratado de Paris

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço



1957 - Tratado de Roma

CEE – Comunidade Económica Europeia
CEEA – Comunidade Europeia de Energia Atómica



1992 - Tratado de Maastricht

UE - União Europeia



1997 - Tratado de Amesterdão

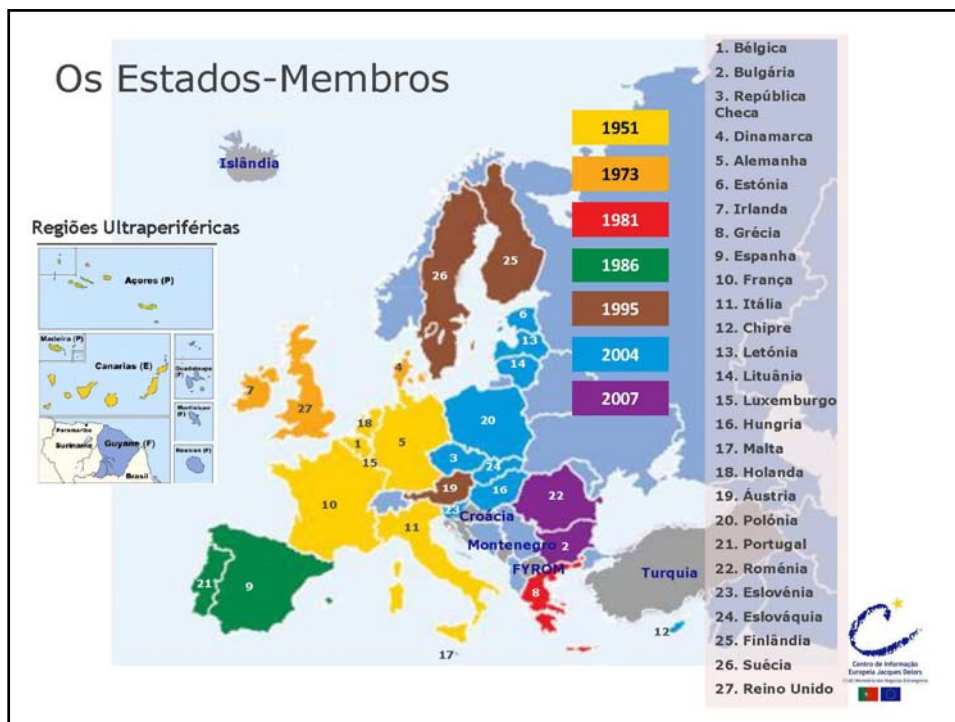


2001 - Tratado de Nice



2007 - Tratado de Lisboa





O Caminho da União Europeia

As **primeiras realizações** comunitárias situaram-se no **domínio económico** porque era necessário construir o edifício alicerçado em **solidariedades concretas**.

Ao nível económico

1968 União Aduaneira	1993 Mercado Único	1999 UEM
-------------------------	-----------------------	-------------

* Primeiro-ministro da Bélgica



O Caminho da União Europeia

Ao nível social

	1992	1997	2000	2007
Carta dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores	Tratado de Maastricht	Acordo Social Tratado de Amesterdão	Carta dos Direitos Fundamentais da UE	Tratado de Lisboa

No decurso dos anos 70 a **Europa dos Cidadãos** tornou-se um objectivo político explícito.

Em 1975 Leo Tindemans* apresentou um relatório sobre a Comunidade em que sublinha **“A Europa deve estar próxima dos cidadãos”**



* Primeiro-ministro da Bélgica



O Caminho da União Europeia



O **Tratado da União Europeia (1992)** dá o grande salto com a instituição da **cidadania da União**. Para além de conferir a todo o cidadão da União um direito fundamental de circulação e de residência sem fazer referência a uma actividade económica, consagrou:

- liberdade de circulação e de permanência em todo o território da União;
- direito de eleger e de ser eleito nas eleições municipais e do Parlamento Europeu no país de residência;
- protecção diplomática e consular das autoridades de todos os Estados-Membros num país terceiro, no caso de o país de que o cidadão é nacional não estar representado nesse país;
- direito de petição ao Parlamento Europeu e de recurso ao Provedor de Justiça Europeu.

Reforço do sentimento da existência de uma cidadania comum



Ano Europeu do Voluntariado 2011



O Caminho da União Europeia



O **Tratado de Lisboa** confere valor jurídico à **Carta dos Direitos Fundamentais da UE**, preservando os direitos já existentes.

Introduz o **direito de iniciativa popular**: possibilidade de um milhão de cidadãos da União, de um número significativo de Estados-Membros, poder obrigar a Comissão Europeia a apresentar uma nova proposta sobre qualquer questão da competência da União.

O Tratado de Lisboa reforça a cidadania europeia preservando os direitos já existentes e reconhecendo novos direitos e mecanismos para assegurar que estes são plenamente respeitados.



Ano Europeu do Voluntariado 2011



União Europeia e o Cidadão: realidades indissociáveis

O Cidadão espera da UE

- **Direitos** e uma protecção elevada dos mesmos
- **Realizações concretas** e benefícios reais para os cidadãos
- **Resposta** às suas preocupações sociais, económicas, etc.

União Europeia espera do cidadão

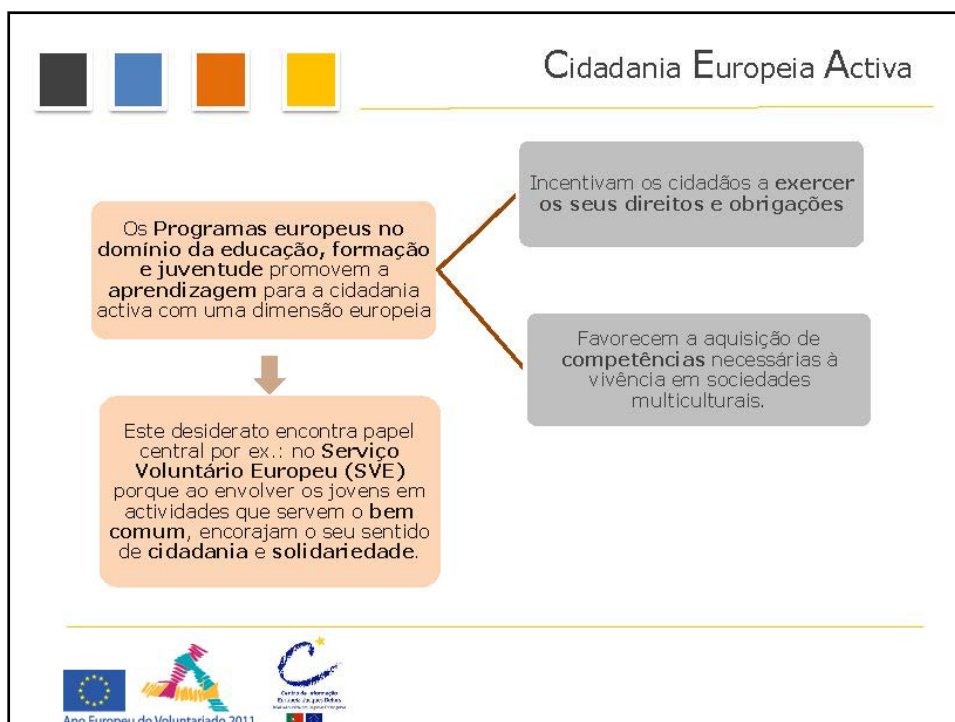
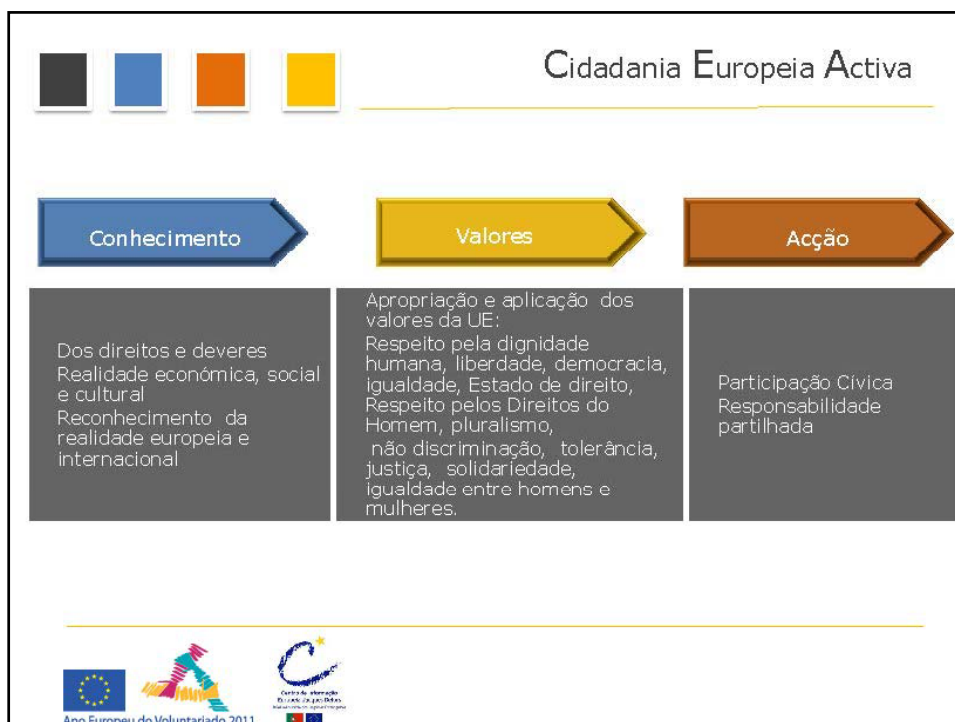
- Sentido de **identidade** baseada em valores comuns, história e cultura
- Sentido de **pertença** tolerância, respeito pela diversidade cultural e linguística (**diálogo intercultural**)
- **Participação** na construção europeia exercendo uma verdadeira **cidadania activa** e responsável

Sociedade europeia
Justa
Coesa
Solidária
Democrática

- **Conhecimento**
- **Valores**
- **Acção**



Ano Europeu do Voluntariado 2011





Cidadania Europeia Activa



Ano Europeu do Voluntariado 2011



2011

Ano Europeu das Actividades de **Voluntariado** que promovam uma **Cidadania Activa**



Sê voluntário!
Faz a diferença

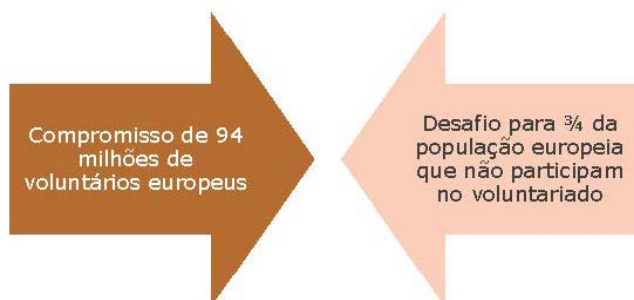


Ano Europeu do Voluntariado 2011

Decisão do Conselho 2010/37/EC, 27 Novembro de 2009



2011 - Ano Europeu do Voluntariado



Ano Europeu do Voluntariado 2011



2011 - Ano Europeu do Voluntariado

Objectivo geral

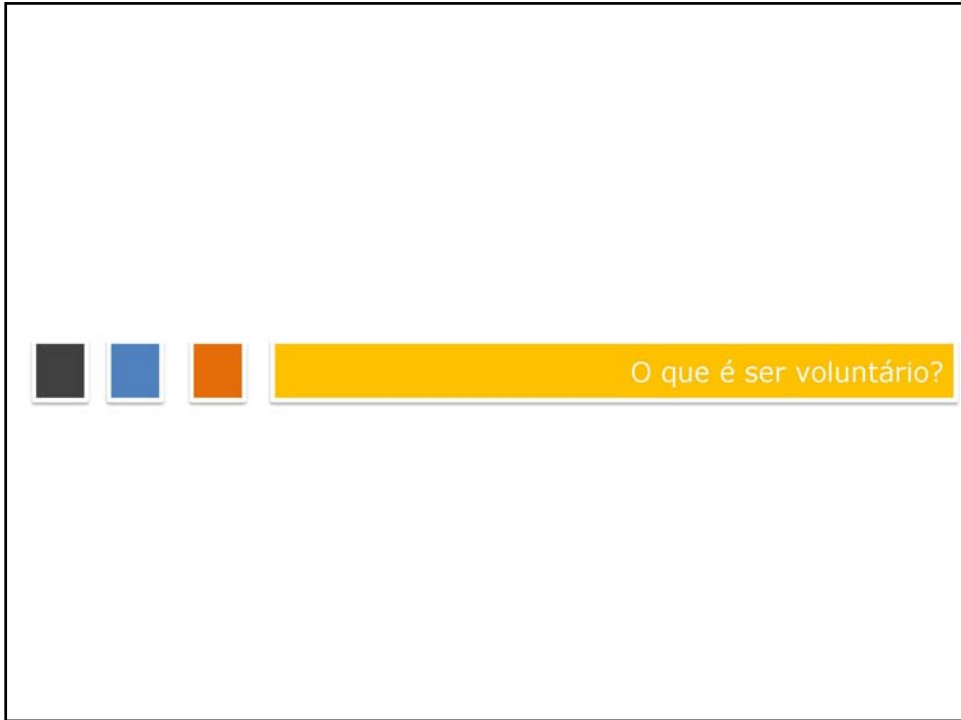
Incentivar e apoiar os esforços desenvolvidos pela União, pelos Estados-Membros e pelas autoridades locais e regionais tendo em vista criar condições na sociedade civil propícias ao desenvolvimento de actividades de voluntariado, bem como, aumentar a sua visibilidade.

Objectivos específicos


1. Criar um ambiente propício ao voluntariado na UE
2. Dar meios às organizações que promovem o voluntariado para melhorar a qualidade das suas atividades
3. Reconhecer o trabalho voluntário
4. Sensibilizar as pessoas para o valor e a importância do Voluntariado




Ano Europeu do Voluntariado 2011







O que é ser voluntário?



Possíveis definições

 *O voluntário é o jovem/adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de actividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos de intervenção.*
(Resolução 52/17 da Assembleia Geral das Nações Unidas, 2001)

 *O voluntário é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado no âmbito de uma organização promotora.*
(Art.3º , Lei 71/98 de 3 de Novembro que estabelece as Bases do enquadramento jurídico do voluntariado)

  
Ano Europeu do Voluntariado 2011



O que é o voluntariado?



Possíveis definições



Segundo as Nações Unidas, o voluntariado deverá comportar três características:

- *não deve ser realizado tendo em vista ganhos financeiros*
- *deverá decorrer do livre arbítrio do indivíduo e*
- *deverá ser benéfico para alguém que não seja o voluntário ou para a sociedade em geral.*

(International Year of Volunteers in 2001, Nações Unidas)



Voluntariado é o conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.

(Art.3º , Lei 71/98 de 3 de Novembro que estabelece as Bases do enquadramento jurídico do voluntariado)



Ano Europeu do Voluntariado 2011



Centro de Informação
Educação e Formação
para o Voluntariado

O Voluntariado na Europa em números



30%
Dos europeus*
participam de forma
voluntária em
organizações
associativas

66%
Não
participam

4%
Não tem
opinião

* Dos 27 Estados – Membros



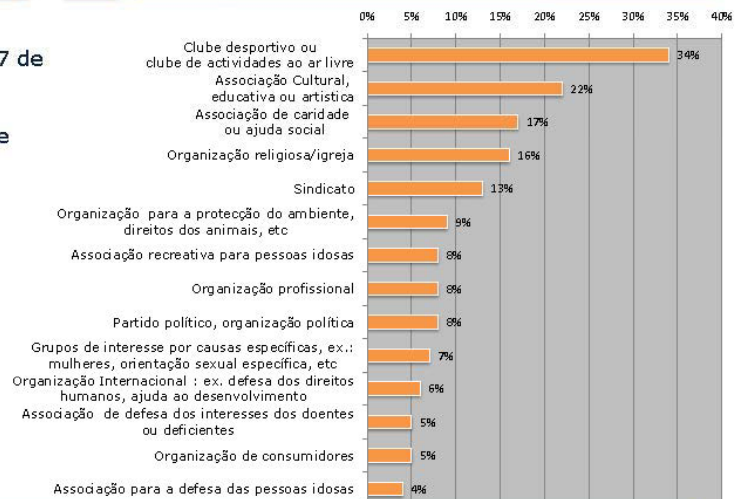
Fonte: Eurobarómetro nº 73, Novembro 2010

Ano Europeu do Voluntariado 2011

O Voluntariado na Europa em números

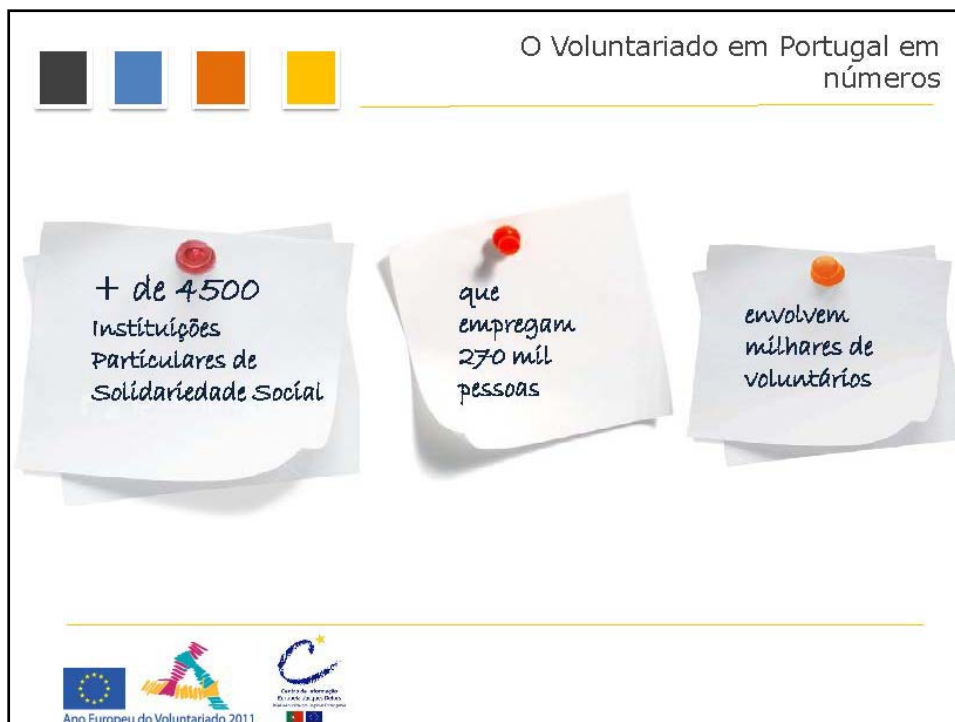
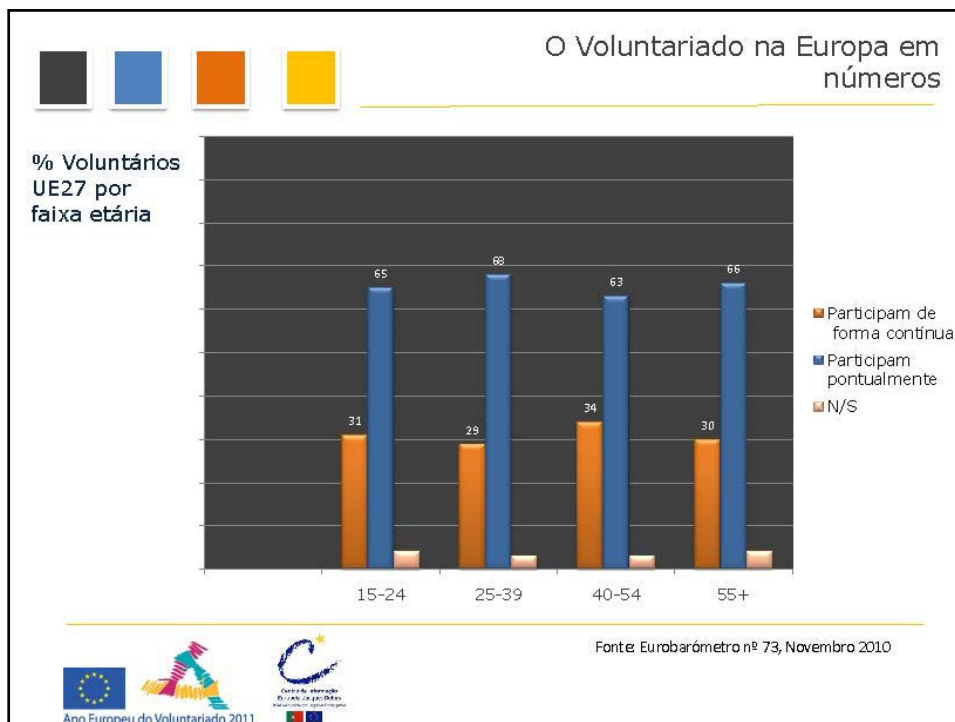


Voluntários UE27 de acordo com a organização / associação a que pertencem



Fonte: Eurobarómetro nº 73, Novembro 2010

Ano Europeu do Voluntariado 2011

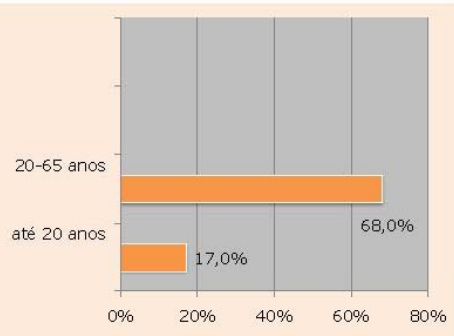


O Voluntariado em Portugal em números

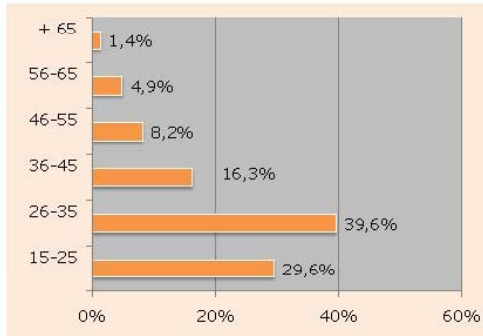


Voluntários Faixa etária

Voluntariado dados gerais ¹



Bolsa de Voluntariado ²



Ano Europeu do Voluntariado 2011

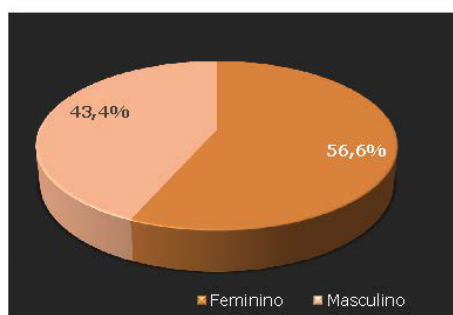
Fontes: 1 Study on Volunteering in European Union - Country Report Portugal <http://ec.europa.eu/citizenship/ev/v2011/doc/National%20report%20PT.pdf>
 2 Dados relativos aos voluntários em Portugal, Entajuda, Janeiro 2011 http://www.entajuda.pt/pdf/Voluntariado%20em%20Portugal_Jan%202011.pdf

O Voluntariado em Portugal em números

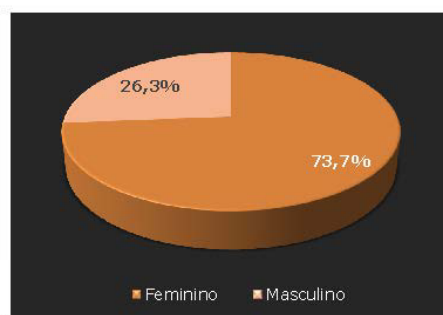


Voluntários por género

Voluntariado dados gerais ¹



Bolsa de Voluntariado ²



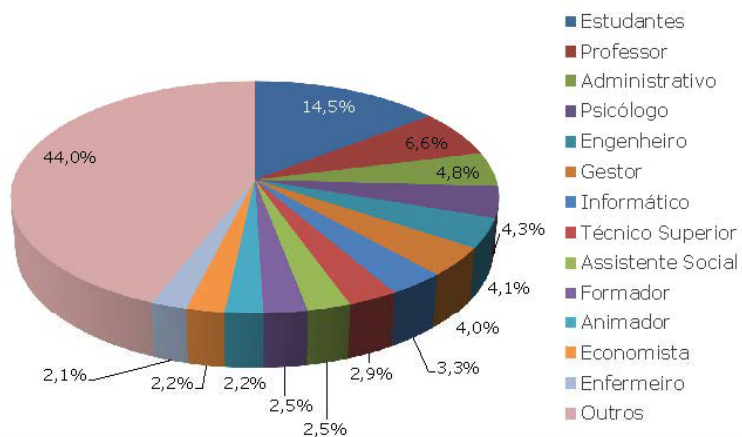
Ano Europeu do Voluntariado 2011

Fontes: 1 Study on Volunteering in European Union - Country Report Portugal <http://ec.europa.eu/citizenship/ev/v2011/doc/National%20report%20PT.pdf>
 2 Dados relativos aos voluntários em Portugal, Entajuda, Janeiro 2011 http://www.entajuda.pt/pdf/Voluntariado%20em%20Portugal_Jan%202011.pdf



O Voluntariado em Portugal em números

Segundo a Bolsa do Voluntariado, 14,5% dos voluntários são Estudantes

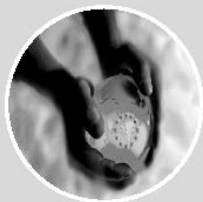


Fonte: Dados relativos aos voluntários em Portugal, Entrajuda, Janeiro 2011
http://www.entrajuda.pt/pdf/Voluntariado%20em%20Portugal_Jan%202011.pdf



A importância do Voluntariado para a UE

O Voluntariado



abrange uma diversidade de actividades:
**prestação de educação e serviços,
ajuda mútua ou auto-ajuda, defesa,
desenvolvimento de campanhas,
gestão e acções comunitárias e
ambientais.**



Fonte: Adaptado de *O Manifesto do Voluntário*, CEV - European Volunteer Centre



A importância do Voluntariado
para a UE

O Voluntariado



é um meio de **integração e inclusão social** que contribui para uma sociedade coesa, criando laços de **confiança e solidariedade** (capital social).



Fonte: Adaptado de *O Manifesto do Voluntário*, CEV - European Volunteer Centre



A importância do Voluntariado
para a UE

O Voluntariado



representa uma forma das pessoas de todas as nacionalidades, religiões, origens sócio-económicas e idades poderem contribuir para uma **mudança positiva**.



Fonte: Adaptado de *O Manifesto do Voluntário*, CEV - European Volunteer Centre



A importância do Voluntariado
para a UE

O Voluntariado



contribui para a implementação das políticas da UE: **inclusão social e ajuda ao desenvolvimento.**



Fonte: Adaptado de *O Manifesto do Voluntário*, CEV - European Volunteer Centre



A importância do Voluntariado
para a UE

O Voluntariado



constitui uma ferramenta para estimular, de **forma activa e responsável**, os cidadãos Europeus, o que se torna central para os ideais e valores Europeus de **democracia, solidariedade e participação.**



Fonte: Adaptado de *O Manifesto do Voluntário*, CEV - European Volunteer Centre



A importância do Voluntariado
para a UE

O Voluntariado



é uma fonte poderosa de **reconciliação e reestruturação** nas sociedades divididas.



Fonte: Adaptado de *O Manifesto do Voluntário*, CEV - European Volunteer Centre



A importância do Voluntariado
para a UE

O Voluntariado



permite aos voluntários a **aquisição e desenvolvimento de competências** como a liderança, comunicação e organização, facilitando a participação em redes sociais, que possibilita ao voluntário a **mobilidade para trabalhos remunerados**.



Fonte: Adaptado de *O Manifesto do Voluntário*, CEV - European Volunteer Centre



A importância do Voluntariado
para a UE

O Voluntariado



faculta **oportunidades de aprendizagem** formais e informais, e por isso é um instrumento crucial na estratégia de **aprendizagem ao longo da vida**, na União Europeia.



Fonte: Adaptado de *O Manifesto do Voluntário*, CEV - European Volunteer Centre



A importância do Voluntariado
para a UE

O Voluntariado



assume um **valor económico significativo** no Produto Interno Bruto. De acordo com um estudo recente da Universidade John Hopkins o voluntariado contribui cerca de 5% para o PIB. Em Portugal esse valor representa 1% do PIB.



Fonte: Adaptado de *O Manifesto do Voluntário*, CEV - European Volunteer Centre
Voluntariado Hoje, nº25, Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, 2008.



A importância do Voluntariado para a UE

O Voluntariado



possibilita a criação de **parcerias inovadoras** entre empresas, autoridades públicas e centros de voluntariado levando ao desenvolvimento da agenda de **responsabilidade social das empresas**.



Fonte: Adaptado de *O Manifesto do Voluntário*, CEV - European Volunteer Centre



A importância do Voluntariado para a UE

O Voluntariado



desempenha um papel importante na tentativa de **encontrar soluções** para os problemas da sociedade europeia.



Fonte: Adaptado de *O Manifesto do Voluntário*, CEV - European Volunteer Centre



A importância do Voluntariado para a UE

O Voluntariado



ajuda a **aumentar a quantidade** e a **qualidade dos serviços** e a desenvolver de forma criativa novos. Desta forma, o voluntariado pode contribuir para a criação de **novas oportunidades de emprego**.



Fonte: Adaptado de *O Manifesto do Voluntário*,
CEV – European Volunteer Centre



A importância do Voluntariado para os Voluntários



- Formação em contexto de trabalho;
- Aquisição ou desenvolvimento de competências;
- Motivação e realização pessoais;
- Promoção e desenvolvimento das relações sociais;
- Alavanca para a empregabilidade;
- ...



Fonte: Adaptado de *O Manifesto do Voluntário*,
CEV – European Volunteer Centre



A importância do Voluntariado para a UE

O Voluntariado contribui assim para o cumprimento dos **objectivos estratégicos da UE**, nomeadamente da **Estratégia Europa 2020** em particular nos objectivos:



Emprego

- Maior capacitação dos jovens, dos trabalhadores mais velhos e dos trabalhadores menos qualificados;
- Uma melhor integração dos migrantes legais.



Educação

- Diminuição da taxa de abandono escolar precoce.



Combate à pobreza

- Promover a inclusão social, em especial através da redução da pobreza.



Ano Europeu do Voluntariado 2011



Centro de Informação Europeia Jacques Delors
www.volunteer.eu



Ano Europeu do Voluntariado Programa



Volta às Capitais

Um grupo de voluntários percorre as capitais dos Estados-Membros da UE promovendo o contacto pessoal e directo entre voluntários. Esta iniciativa conta com exposições, debates e actividades interactivas



Acompanhamento Jornalístico

Uma equipa de 27 repórteres têm por missão dar destaque à diversidade do voluntariado em toda a Europa através de relatórios escritos e em formato áudio e vídeo de 54 organizações que contam com a participação de voluntários.



Conferências

Durante todo o ano realizar-se-á um grande número de conferências e eventos de alto nível em várias cidades europeias, de forma a lançar as bases para um legado consistente e duradouro.



Ano Europeu do Voluntariado 2011



Centro de Informação Europeia Jacques Delors
www.volunteer.eu

* Fernanda Freitas
Presidente do Ano Europeu do Voluntariado



Voluntariado Como Participar?

Se tem um projeto de voluntariado apresente-o às entidades promotoras.
Cada um de nós pode fazer a diferença!

Participe, partilhe, promova e comprometa-se!



- Aplique os conhecimentos em prol de uma causa
- Participe em projetos nacionais ou europeus
- Promova uma cidadania activa e solidária ajudando os mais carenciados
- Tome a iniciativa e desenvolva uma acção de voluntariado na sua comunidade



Ano Europeu do Voluntariado 2011



Voluntariado Como Participar?



Bolsa do Voluntariado

- Registe-se na Bolsa
- Consulte a lista de organizações que precisam de ajuda
- Apoie a Bolsa de Produtos

<http://www.bolsadovoluntariado.pt/>



Ano Europeu do Voluntariado 2011





Voluntariado Como Participar?



Voluntariado dos 15 aos 30

- Escolha uma causa a apoiar
- Proponha um projecto
- Procure financiamento
- Junte-se a um projecto

<http://www.dosomething.pt/>



Ano Europeu do Voluntariado 2011



Voluntariado Como Participar?



Serviço Voluntário Europeu

- Acção de voluntariado noutro país
- Partilha de experiências com outros jovens
- Viajar no apoio a uma causa
- <http://www.sve.pt/>



Ano Europeu do Voluntariado 2011



Objectivos:

- Gerar um verdadeiro "mercado" de voluntariado
- Promover a educação sobre este tema junto das camadas mais jovens, dando visibilidade às actividades de voluntariado em Portugal e na União Europeia
- Facilitar a participação dos jovens nas actividades de voluntariado

<http://apps.facebook.com/volunteerbook/>



Ano Europeu do Voluntariado 2011



Sê voluntário!

Faz a diferença

*Ninguém é
tão pobre*



*que não tenha
o que
oferecer*



*Ninguém é
tão rico*



*que não
necessite de
ajuda*



Ano Europeu do Voluntariado 2011





Saber mais

- Site Europeu do Ano Europeu do Voluntariado
<http://europa.eu/volunteering/>
- Site Nacional do Ano Europeu do Voluntariado
<http://www.aev2011.eu/>
- Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado
<http://www.voluntariado.pt/>
- Programa Grundtvig – GIVE
<http://pt-europa.proalv.pt>
- Instituto Português da Juventude
<http://juventude.gov.pt/IPJ/Paginas/default.aspx>
- Portal do Centro de Informação Europeia Jacques Delors
<http://www.euroid.pt/>
- Centro Europeu do Voluntariado
<http://www.cev.be/>

Testar conhecimentos

- Quiz desenvolvido pelo CIEJD
<https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000046155/documento/0001/>



Ano Europeu do Voluntariado 2011



ANEXO F.

EXEMPLAR DE INQUÉRITO ÀS AJD MINISTRADAS NAS INSTALAÇÕES DO CIEJD



156
Celestina

A Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projectos do Centro de Informação Europeia Jacques Delors agradece a presença de todos os participantes na "Aula Jacques Delors"- iniciativa que pretende despertar o interesse dos jovens para a construção europeia e para o papel relevante que podem/devem desempenhar nesse processo.

No sentido de melhorar e tornar mais eficaz a nossa actuação junto dos jovens, solicitamos os comentários que considerem pertinentes, relativamente ao evento acima referido, tendo em conta os seguintes aspectos:

1 - Importância deste tipo de iniciativas:

- Muito importante
- Importante
- Indiferente
- Nada importante
- Pouco importante

Porquê? Permite consolidar os conhecimentos

2 - Organização do evento:

- Muito boa
- Boa
- Suficiente
- Insuficiente
- Muito insuficiente

Porquê? A organização/estruturas do evento adapta-se ao perfil dos alunos e às suas expectativas.

3 - Classifique as temáticas abordadas relativamente aos seguintes aspectos (considerando 1 a classificação mínima e 5 a classificação máxima):

	1	2	3	4	5
Actualidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Qualidade da informação/materiais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Utilidade / Pertinência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

4 - Objectivos pedagógicos:

- Atingidos
- Não atingidos

Porquê? Porque permitiu complementar conhecimentos já adquiridos de acordo com as propostas curriculares

5 - Reacção/Interactividade com os alunos/participantes:

- Muito boa
- Boa
- Suficiente
- Insuficiente
- Muito insuficiente

Porquê? A exposição apelou à participação dos alunos que foi conseguida em parte, mas não pelo perfil do aluno.

6 - Opinião sobre a metodologia utilizada na apresentação:

Considero muito boa e actualizada, desde a utilização das novas tecnologias, e virtualizar os referidos e por fim pela proposta de exposições de vídeo

7- Aspectos que podem/devem ser melhorados; sugestões de outras temáticas da UE para abordar nas nossas aulas:

Não tenho nada a acrescentar

Aula Genérica Aula Temática Cidadania Europeia

Escola/Entidade: Escola Secundária Padre Alberto Neto - Queluz

Nº de Professores/Responsáveis: 6 Nº de alunos/participantes: 18 Faixa etária dos alunos/participantes: 15-18

Data 13/05/2011 O(A) Professor(a)/Responsável da Escola/Entidade: Cláudia Mendes

O(A) Formador(a) do CIEJD: [Signature]

Comentário(s) do(a) Formador(a) do CIEJD sobre a Aula: _____